ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR

**OS VÍCIOS NO CICLO DE POSITIVAÇÃO DO LANÇAMENTO
TRIBUTÁRIO E SEU PROCESSO DE REVISÃO**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Paulo de Barros Carvalho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR

**OS VÍCIOS NO CICLO DE POSITIVAÇÃO DO LANÇAMENTO
TRIBUTÁRIO E SEU PROCESSO DE REVISÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Doutor Paulo de Barros Carvalho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Souza Júnior, Antonio Carlos Ferreira de
; Antonio Carlos Ferreira de Souza Júnior ;
orientador Paulo de Barros Carvalho -- São Paulo,
2020.

405

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Direito Econômico, Financeiro e Tributário) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Constructivismo lógico-semântico. 2. Direito
Tributário. 3. Conservação do ato irregular. 4.
Processo Administrativo Tributário. I. Carvalho,
Paulo de Barros, orient. II. Título.

ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR

**OS VÍCIOS NO CICLO DE POSITIVAÇÃO DO LANÇAMENTO
TRIBUTÁRIO E SEU PROCESSO DE REVISÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob orientação do Professor Doutor Paulo de Barros Carvalho.

Data da Defesa ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Presidente: _____
Orientador: Professor Doutor Paulo de Barros Carvalho

1º Examinador (a) Prof (a). Dr (a). _____

2º Examinador (a) Prof (a). Dr (a). _____

3º Examinador (a) Prof (a). Dr (a). _____

4º Examinador (a) Prof (a). Dr (a). _____

5º Examinador (a) Prof (a). Dr (a). _____

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares, não desejo citar todos os nomes, para não correr o risco de esquecer de ninguém, mas saibam, todos, que esse sentimento de amizade é sempre presente, intenso e inesgotável.

Um agradecimento especial para meu orientador Dr. Paulo de Barros Carvalho, antes de tudo um grande exemplo de professor e estudioso do direito, por ter me acolhido e dado a honra do convívio desde as aulas da especialização em Direito Tributário do IBET.

Agradeço também a todos do escritório Queiroz Advogados Associados, em especial à Dra. Mary Elbe Queiroz por todo apoio ofertado ao longo de tantos anos que, sem dúvida, foi decisivo para minha formação intelectual e profissional.

Aos meus amigos do doutorado e empreitadas acadêmicas, que em muito contribuíram com os debates e as discussões, em especial nas pessoas de Jaldemiro Ataíde (Miro), Roberto Gouveia, Beclaute Oliveira, Jacqueline Mayer, Lúcia Paoliello, Viviane Strachicini e Lucas Galvão de Britto.

Um agradecimento especial aos professores José Mário Wanderley e Humberto Carneiro pelo auxílio na tradução de alguns textos.

Aos colegas do grupo “Orientados do PBC” pelo compartilhamento de informações, auxílio nas questões internas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e apoio em todos os momentos.

Por fim, deixo meu “muito obrigado” a Lenira, Cici, Sueli, Dida, Walter, Maria da Glória, José Maria e toda a equipe, que sempre estiveram prontos para me socorrer durante a minha vida.

*A meus avós Rômulo e Dilza, a Cíntia
(companheira de sempre) e a meus pais.*

"Consiste o ser herói em viver justo; e tanto pode ser herói o pobre, como o maior Augusto."

Tomás Antônio Gonzaga

“Bem sei, que de outros Gênios o destino, para cingir de Apolo a verde rama, lhes influiu na lira estro divino; O canto, pois, que a minha voz derrama, porque ao menos o entoa um Peregrino, se faz digno entre vós também de fama”.

Cláudio Manuel da Costa

“Insistas em lutar e vencer, não aos outros, mas a ti mesmo”.

Pinheiro Ramos

Aos meus mentores, com gratidão.

D.C.C.

RESUMO

SOUZA JÚNIOR, Antonio Carlos Ferreira de. Os vícios no ciclo de positivação do lançamento tributário e seu processo de revisão. 405 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

O presente trabalho possui o escopo de formular uma metodologia/técnica de trabalho destinada a analisar o funcionamento das regras de produção no processo de positivação do direito tributário, com ênfase nos mecanismos jurídicos criados pelo sistema para conservação dos atos produzidos irregularmente. Nossa ferramenta metodológica parte da tese de que a produção jurídica deve ser organizada sintaticamente por três tipos de normas de produção, a saber: (i) produção em sentido estrito; (ii) sancionatória da produção irregular; e (iii) conservação da produção irregular (norma em sentido amplo). Assim, propugna que a regra de conservação esteja disposta em regra específica aplicável a determinado sistema ou subsistema, como o do Direito Tributário, sem prejuízo de sua sustentação provir de princípios estruturantes, notadamente o da segurança jurídica e o da legalidade. Na etapa de constituição do crédito tributário, a atuação das regras de conservação existentes no sistema deve servir para conservação de atos de modo favorável ao contribuinte, e não o contrário. A regra de conservação mais utilizada é, sem dúvida, aquela que atua na produção em razão do decurso do tempo. Igualmente, os artigos 146 e 100 do CTN e outras normas dispostas na legislação ordinária são, sem dúvida, regras de conservação, uma vez que impedem a aplicação das regras sancionatórias da produção irregular, em virtude de um estado de confiança da regularidade da produção. Na etapa de controle do lançamento (processo administrativo tributário), identificamos diversas regras de conservação, tais como: a que permite a introdução da prova intempestiva ou tardia e a que possibilita o conhecimento de matérias não apresentadas na impugnação, entre outras. Finalmente, entendemos que prestamos um “*Contributo para uma teoria da conservação do ato irregular do Direito Tributário*”.

Palavras-chave: Constructivismo lógico-semântico. Conservação da produção irregular. Direito Tributário. Crédito tributário. Processo Administrativo Tributário.

ABSTRACT

SOUZA JUNIOR, Antonio Carlos Ferreira de. *The vices in the tax entry positivization cycle and its review process*. 405 p. Thesis (Doctorate in Law). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

How should the *production rules* (*normas de produção*) be used in the tax entry positivization cycle? The present work has the scope to analyze the rules of production operation in the process of tax law positivation, with emphasis on the legal mechanisms (created by the tax legal system) for the conservation of the irregularly produced tax acts. In the Brazilian tax legal system, there are three kinds of *production rules*: (i) *strict production*; (ii) *sanctioning of irregular production*; and (iii) *conservation of irregular production* (norm in the broad sense). The Brazilian Law provides that the conservation rule (especie of production rule) is arranged as a specific rule only applicable to a particular system or subsystem as the Tax Law, without prejudice to its support come from structural principles, notably of legal certainty and legality. At the stage of constitution of the tax credit, the performance of the *conservation rules* existing in the system should serve to preserve acts in a favorable manner to the taxpayer, excluding other results. The most commonly used *conservation rule* is undoubtedly the one that acts on production because of the passage of time. Similarly, Articles 146 and 100 of the CTN (*Código Tributário Nacional*) and other provisions of tax law are undoubtedly *conservation rules*, as they prevent the application of *sanctions rules for irregular production*, due to a state of confidence in the regularity of production. In the stage of tax entry review (administrative tax procedure), this work identified several *conservation rules*, such as: the one that allows the introduction of untimely or late evidence; other that allows the knowledge of matters not presented in the defense arguments, among several others situations. Finally, we understand that we have made a “contribution to a tax law theory of irregular act conservation”.

Keywords: Logic-semantic constructivism. Conservation of irregular administrative acts production. Tax law. Tax credit. Administrative tax procedure.

RIASSUNTO

SOUZA JÚNIOR, Antonio Carlos Ferreira de. I vizi nel ciclo di positivazione dell'accertamento della obbligazione tributaria e il suo processo di revisione. 405 f. Tese (Dottorato in Giurisprudenza). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

Questo studio intende formulare una metodologia/tecnica di lavoro volta a esaminare il funzionamento delle norme di produzione nel processo di positivizzazione del diritto tributario, con particolare attenzione ai meccanismi giuridici creati dal sistema alla conservazione degli atti irregolarmente prodotti. Nostro strumento metodologico parte dalla tesi che la produzione giuridica debba essere sistemata sintatticamente da tre gruppi di norme di produzione: (i) produzione in senso stretto; (ii) sanzionatoria della produzione irregolare; e (iii) conservatrice della produzione irregolare (norma in senso ampio). Così, propugna che la norma di conservazione sia disposta in norma specifica applicabile ad un determinato sistema o sottosistema come quello del Diritto Tributario, nonostante sua portanza provenga da principi strutturanti, in particolare la sicurezza giuridica e la legalità. Nella fase di accertamento della obbligazione tributaria l'attuazione delle norme di conservazione esistenti nel sistema deve servire alla conservazione degli atti in modo più favorevole al contribuente e non il contrario. La norma di conservazione più utilizzata è, sicuramente, quella che attua nella produzione a causa dello scorrere del tempo. Perfino gli articoli 146 e 100 del Codice Tributario Nazionale Brasiliano e altre norme della legislazione ordinaria, sono, indubbiamente, norme di conservazione, perché impediscono l'applicazione delle norme sanzionatorie della produzione irregolare a causa di uno status di fiducia della regolarità della produzione. Nel momento di cassazione dell'accertamento (processo amministrativo tributario), identifichiamo varie norme di conservazione, come: quella che permette l'introduzione di prove intempestive o tardive, permette la cognizione di materie non presentate all'impugnazione, fra le altre. Infine, capiamo che abbiamo fornito un "Contributo ad una teoria della conservazione dell'atto irregolare nel Diritto Tributario".

Parole chiave: Costruttivismo logico semantico; Conservazione della produzione irregolare; Diritto Tributario; Obbligazione tributaria; Processo Amministrativo Tributario.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA DESENVOLVIMENTO DA TESE	28
1. PARADIGMAS FILOSÓFICOS.....	28
1.1. Considerações iniciais	28
1.2. Ontologias <i>versus</i> retórica: uma questão gnoseológica	30
1.3. A filosofia da linguagem e suas contribuições para o direito	33
1.4. Os paradigmas filosóficos e sua influência na teoria do direito.....	40
2. NOSSO MÉTODO DE TRABALHO: O CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO	42
2.1. A importância do método.....	42
2.2. Origem e desenvolvimento	46
2.3. A designação e bases filosóficas	48
2.4. Relação do Constructivismo Lógico-Semântico com outros métodos	55
3. CONCEITOS LÓGICO-JURÍDICOS E JURÍDICO-POSITIVOS.....	57
3.1. O surgimento na filosofia e a consolidação na obra de Juan Manuel Terán.....	57
3.2. A doutrina nacional e a relação do conceito lógico-jurídico com o objeto da teoria geral do direito	61
3.3. O uso acrítico das categorias lógico-jurídicas e jurídico-positivas na doutrina nacional	64
3.4. Uma proposta de demarcação: o conceito metodológico-jurídico	67
CAPÍTULO 2 - A VALIDADE JURÍDICA E SEUS MÚLTIPLOS ASPECTOS.....	71
1. SIGNIFICADOS DO TERMO “VALIDADE JURÍDICA” E A NECESSIDADE DE DEMARCAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	71
1.1. Considerações iniciais	71
1.2. Validade como relação da norma com o sistema: pertinência e obrigatoriedade	78

1.3. Validade como qualificadora de norma pertencente ao sistema: virtude genética intrassistêmica	88
1.4 - A metáfora do campo de observação: a validade na óptica do observador e do participante	96
1.5. O problema de identificar um critério mínimo de pertencibilidade: aplicabilidade como critério do “existir” jurídico	99
 2. INVALIDAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO NORMATIVA	106
2.1. Invalidação como sanção	109
2.2. Ilícito nomogenético.....	110
2.3. Invalidação e os três planos semióticos	111
2.4. Inexistência	113
2.5. Nulidade	118
2.6. Anulabilidade	124
2.7. Inconstitucionalidade	126
2.8. Ilegalidade	131
2.9. Erro de fato e Erro de direito.....	134
 3. A INVALIDAÇÃO NO DIREITO ESTRANGEIRO	135
3.1. Explicando a opção metodológica	135
3.2. Direito francês	136
3.3. Direito alemão	139
3.4. Direito espanhol	140
3.5. Direito italiano	142
3.6. Direito português.....	143
 CAPÍTULO 3 - ESTRUTURA DAS REGRAS DE PRODUÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	148
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	148
2. NORMAS DE PRODUÇÃO	150
2.1. Uma proposta de classificação	150
2.2. Normas de produção (estrutura) versus normas de comportamento (conduta).....	152

3. NORMA DE PRODUÇÃO EM SENTIDO ESTRITO.....	155
4. NORMA SANCIONATÓRIA PELO DESCUMPRIMENTO DA REGRA DE PRODUÇÃO EM SENTIDO ESTRITO	161
5. NORMAS DE CONSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO IRREGULAR	168
5.1. Conservação dos atos irregulares	168
5.2. Princípios estruturantes da produção normativa e da conservação dos atos irregulares	178
5.2.1. Segurança jurídica	180
5.2.2. Legalidade	186
5.3. Exemplos de técnicas de conservação.....	192
5.3.1. Técnicas de conservação no direito privado.....	192
5.3.2. Técnicas de conservação no Direito Administrativo.....	194
5.5. Modelo sintático das regras de conservação	197
5.5.1. Atuação direta de princípios	198
5.5.2. Regra de pré-exclusão da juridicidade	201
5.5.3. Estrutura lógico-semântica da regra de conservação: a regra de neutralização.....	204
5.6. Síntese conclusiva.....	208
 CAPÍTULO 4 - REGRAS DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	 211
1. A PRODUÇÃO DA NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO CONTRIBUINTE.....	215
2. FUNDAMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS DE CONSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO IRREGULAR REALIZADA PELO CONTRIBUINTE	223
2.1. Segurança jurídica e confiança legítima	223
2.2. Princípio da proteção à confiança legítima e o Direito Tributário.....	227
2.3 – Requisitos para atuação da proteção da confiança legítima.....	231
2.3.1. Base da confiança	231
2.3.2. Existência subjetiva da confiança.....	235
2.3.3. Conduta exteriorizadora da confiança	236
2.3.5. Análise crítica	238

3. CONSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DA NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	240
3.1. Modificação de critérios jurídicos: art. 146 do Código Tributário Nacional	241
3.2. Observância de atos complementares da administração tributária: art. 100 do Código Tributário Nacional	254
3.3. Estrutura das regras de conservação no Código Tributário Nacional	261
4. CONSERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DA NORMA INDIVIDUAL E CONCRETA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS DEMAIS REGRAS APLICÁVEIS	263
4.1. Consulta fiscal	265
4.2. Atos normativos produzidos pelo Poder Executivo e o seu enquadramento como base de confiança (critério jurídico)	270
4.3. Atos produzidos no processo administrativo tributário e seu enquadramento como base de confiança	272
4.4. Precedentes judiciais com vinculação para a administração tributária	278
4.5. Dispositivos inseridos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) pela Lei nº 13.655/2018	288
4.5.1. Aplicação ao Direito Tributário	298
 CAPÍTULO 5 - REGRAS DE PRODUÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO ATO IRREGULAR NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	302
1. O LIMITE PARA INSERÇÃO DA PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO FEDERAL	304
2. PRECLUSÃO E SEUS CONTORNOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	312
3. REGRAS DE PRODUÇÃO DA IMPUGNAÇÃO/INSURGÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	319
4. ORDEM PÚBLICA E O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	334
4.1. Ordem pública: aspectos gerais	334
4.2. A ordem pública e o processo administrativo tributário	339
4.3. Função dúplice da ordem pública no processo administrativo tributário	343

5. PREJUÍZO, PRIMAZIA DO MÉRITO E A SUA CONFORMAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	344
CONCLUSÕES E TESES	359
REFERÊNCIAS.....	373

INTRODUÇÃO

A escolha

A respeito da escolha do tema, o primeiro incentivo veio a partir da leitura de uma crítica lançada pelo professor José Souto Maior Borges na 2ª edição do livro Lançamento Tributário, no final do ano de 2007, quando ainda estávamos na graduação de direito da Universidade Católica de Pernambuco. O autor ressaltava a juridicidade do ato defeituoso e sua relevância para o direito positivo, afastando-se da ideia tradicional do vício como uma questão não jurídica que pode ser afastada por uma simples declaração.

Posteriormente, já na especialização do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET, tivemos o nosso primeiro contato com a obra do professor Paulo de Barros Carvalho e a oportunidade de aprofundar o estudo da validade. Sua preocupação em desenvolver uma metodologia analítica capaz de solucionar problemas na construção do discurso jurídico permitiu que enxergássemos as questões teóricas (como a da validade) à luz dos três planos da semiótica (sintático, semântico e pragmático).

Esse tema, apesar da expressiva quantidade de obras acerca da validade jurídica sob o aspecto teórico, sempre projeta problemas no campo da construção das regras de invalidação pelas respectivas autoridades competentes e, por conseguinte, traz consigo uma relevante carga prática. Mais tarde, na nossa vivência prática de atuação na advocacia tributária, sobretudo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, deparamos com diversos problemas decorrentes da má articulação desses conceitos.

Tudo isso nos fez repensar sobre a importância de se desenvolver um estudo consistente sobre o tema, especialmente com enfoque particular nesse determinado subsistema do direito. Sentimos que é chegada a hora de ingressar no trabalho de construção de uma proposta de exame dos aspectos positivos da conservação dos atos produzidos em desconformidade do ordenamento jurídico.

Delimitação do tema

A presente tese possui o escopo de formular uma metodologia/técnica de trabalho destinada a analisar o funcionamento das regras de produção no processo de positivação do Direito Tributário, com ênfase nos mecanismos jurídicos criados pelo sistema para conservação dos atos produzidos irregularmente.

O “processo de positivação do direito ocorre por meio de sua aplicação. Toda a aplicação do direito constitui, ao mesmo tempo, também uma produção. Aplicar uma norma significa criar outra norma”¹. No âmbito tributário, esse processo se dá com a efetivação das competências tributárias, iniciando-se desde as competências constitucionais até a concretização do ato de lançamento, “cujo conseqüente substancia uma relação jurídica tributária com sujeitos e objetos concretamente determinados”². O referido processo também é denominado ciclo de positivação, expressão que irá ser utilizada com mais frequência na tese. Nesse ciclo, a linguagem jurídica, construída por um ato de vontade de um homem (autoridade competente) e pautada em procedimento que regula sua própria produção, produz um novo estilo, normalmente dotado de maior grau de concretude.

A ênfase na conservação dos atos irregulares deve ser entendida como uma proposta de analisar o funcionamento desses atos no contexto dos vícios de produção, os quais poderão atrair a incidência do denominado “sistema de invalidades”. Por outro lado, a tarefa aqui desenvolvida não possui a pretensão de promover uma análise exaustiva de todo e qualquer vício no ciclo de positivação do Direito Tributário. Ao contrário, buscaremos desenvolver uma metodologia de trabalho inspirados naqueles já desenvolvidos pelos autores do Construtivismo Lógico-Semântico (regra-matriz de incidência tributária, estudos analíticos das regras de competência etc.).

De outro modo, a introdução de um método investigativo da conservação do ato irregular no direito em geral e no Direito Tributário, em particular, não constitui um tributo a uma *desformalização* do direito ou esvaziamento do controle da produção normativa, por meio da entrega do poder à autoridade competente para livremente dispor sobre a produção jurídica realizada. Isto é, a ocorrência de uma discricionariedade na aplicação das normas

¹ IVO, Gabriel. **Norma jurídica: produção e controle**. São Paulo: Noeses, 2006.pp.1-2.

² PRIA, Rodrigo Dalla. **O processo de positivação da norma jurídica tributária e a fixação da tutela jurisdicional apta a dirimir os conflitos havidos entre contribuinte e fisco**. In: Processo tributário analítico. Paulo César Conrado (Coord.). São Paulo: Noeses, 2011.p.67.

sancionatórias destinadas a repelir a produção realizada com os ditames do próprio ordenamento jurídico. Defendemos que, no direito, a forma é essencial para padronizar as expectativas dos cidadãos, constituindo garantia de isonomia e liberdade. Nas palavras do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, “a forma, colocada no cenário jurídico mediante preceitos imperativos é, acima de tudo, liberdade, em seu sentido maior; é a revelação do que pode ou não ocorrer, em se tratando de jurisdição”³.

No entanto, na hipercomplexidade do direito, a conservação da produção irregular, mais do que contingencial, é necessária para evitar a ruptura da ordem jurídica, servindo ao direito e suas formalidades, não o contrário.

Ademais, o foco não estará direcionado para uma análise descritiva de todos os possíveis vícios nos ciclos de positivação e os casos de conservação dos atos irregulares, mas sim demonstrar a aplicabilidade na análise da produção irregular, subdividida em três formas de regramento: (i) produção em sentido estrito; (ii) regra sancionatória em virtude da produção irregular; e (iii) regras de conservação. Com isso, iremos capturar alguns exemplos no ciclo de positivação, sem o objetivo, repita-se, de esgotar a análise da conservação dos atos irregulares no Direito Tributário.

É sabido, contudo, que o ciclo de positivação⁴ do Direito Tributário é composto de várias etapas, sendo necessária a realização de uma delimitação do que deverá efetivamente compor o objeto do presente trabalho. Por isso, ele concentrará esforços nas etapas de constituição do crédito tributário (lançamento) e seu processo de revisão (processo administrativo tributário). Adicionalmente, o trabalho levará em conta essas etapas no contexto da positivação do crédito tributário federal, ou seja, o objeto de análise ficará restrito à dinâmica da positivação no contencioso administrativo tributário.

³ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.367**. Julgamento 3/4/2005.

⁴ Sobre as etapas do ciclo de positivação: PRIA, Rodrigo Dalla. **O processo de positivação da norma jurídica tributária e a fixação da tutela jurisdicional apta a dirimir os conflitos havidos entre contribuinte e fisco**. In: Processo tributário analítico. Paulo César Conrado (Coord.). São Paulo: Noeses, 2011. pp. 78-86. “1ª fase: descrição hipotética de um evento de possível ocorrência (fato gerador *in abstracto*); 2ª fase: ocorrência, no plano social, da hipótese (fato gerador *in abstracto*), sem, no entanto, a sua versão/constituição em linguagem (lançamento de ofício ou autolancamento); 3ª fase: lançamento de ofício (constituição do fato jurídico tributário), antes do decurso do prazo para pagamento ou impugnação administrativa; 4ª fase: decurso do prazo para pagamento ou impugnação administrativa do lançamento de ofício (constitutivo do fato jurídico-tributário); 5ª fase: inscrição do crédito tributário na dívida ativa da Fazenda Pública; 6ª fase: ajuizamento da ação de execução fiscal em face da pessoa jurídica que realizou o fato jurídico gerador. 7ª fase: citação da pessoa jurídica e penhora de seus bens. 8ª fase: decurso do prazo para oposição de embargos do devedor, sem que tenham sido opostos”.

A hipótese

Em uma pesquisa científica, a hipótese pode ser entendida como “um enunciado geral de relações entre variáveis (fatos, fenômenos) formulado como solução provisória para um determinado problema”⁵. Considerando a hipótese como uma proposição originária assumida como fundamento para início do desenvolvimento de um trabalho científico, é chegado o momento de delimitar as proposições que serão o fio condutor do presente trabalho, v.g., elas serão o ponto de partida e poderão ser confirmadas ou não ao final desta empreitada acadêmica.

Nossa hipótese é que, a partir do estudo do funcionamento da produção jurídica, torna-se possível construir um modelo de trabalho baseado nas lições do Construtivismo Lógico-Semântico, com a adição de uma regra de estrutura (norma em sentido amplo) ao modelo de *regras de competência*⁶, com disposição de neutralizar a reação sancionatória inicialmente prevista pelo ordenamento e, por conseguinte, conservar o ato irregular ou manter os seus efeitos no sistema, ainda que em descompasso com a regra de produção.

Confirmada a primeira hipótese, resta averiguar se a conservação do ato irregular é um elemento de calibração do sistema do direito positivo, e em que medida essa necessidade de calibração se desenvolve no direito, por atuação direta de princípios (constitucionais ou não) ou por regras que concretizam princípios estruturantes, porém com grau de vinculação mais direto e concreto. Ademais, analisaremos se a conservação dos atos irregulares é um fenômeno uniforme para todo e qualquer subsistema ou deve variar de acordo com as particularidades de cada um e seus respectivos princípios estruturantes.

A terceira hipótese consiste em identificar a existência e atuação de princípios estruturantes e regras de conservação tendentes a neutralizar a produção irregular realizada pelo sujeito passivo quando da constituição do crédito tributário por sua própria iniciativa (lançamento por homologação), tema afeto à etapa constitutiva do crédito tributário no seu ciclo de positivação.

⁵ LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p.126. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 42. “Muitas definições são propostas para o termo hipótese. Para Goode e Hatt (1969, p. 75), “é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar sua validade”. Nesse sentido, hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceita ou rejeitada somente depois de devidamente testada. O papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica”.

⁶ GAMA, Tácio Lacerda. **Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade**. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2020.

Na derradeira hipótese, em tarefa analítica semelhante à utilizada na terceira, buscaremos identificar os princípios estruturantes e regras de conservação tendentes a manter atos processuais realizados pelo contribuinte na etapa do ciclo de posituação destinada a controlar a legalidade da atividade de lançamento (originário ou suplementar) realizada pela administração tributária.

Convém advertir que as hipóteses deste trabalho não almejam uma completa ruptura com modelos teóricos existentes. Ao contrário, busca-se um diálogo com os modelos existentes, de forma a potencializar as conquistas já realizadas para a ciência do direito, aprimorando (quando possível), mediante a introdução de uma nova ferramenta metodológica ou novas técnicas aplicáveis a ferramentas já desenvolvidas por outros teóricos⁷.

Contribuição original da tese à ciência jurídica brasileira

A contribuição almejada no presente trabalho é, a partir da confirmação das hipóteses delimitadas anteriormente, iniciar um processo de construção de uma teoria da conservação da produção irregular no Direito Tributário, com pretensão de auxiliar a construção de soluções jurídicas para problemas enfrentados pelos intérpretes do direito na aplicação do ordenamento vigente, sobretudo o art. 146 do Código Tributário Nacional e regras do processo administrativo tributário federal.

Pretendemos, também, contribuir para o desenvolvimento do sistema jurídico posto, incentivando o aprimoramento das “técnicas de conservação”, enquanto formulações normativas lastreadas em princípios estruturantes como, por exemplo, o da segurança jurídica e da legalidade, porém, com adequação a cada subsistema em particular, tal como o Direito Tributário.

⁷ LEÃO, Martha Toribio. **O direito fundamental de economizar tributos: entre a legalidade, liberdade e solidariedade**. São Paulo: Malheiros, 2018. p. 33. “(...) é importante tecer algumas considerações, ‘quase sempre necessárias’, como explicado por Virgílio Afonso da Silva, ao explicitar o papel a ser desempenhado por uma tese. Como destaca o autor, uma tese, qualquer que seja, necessariamente implica uma contribuição original ao ramo do direito em que se insere, mas não há contribuição original sem que alguma tese anterior seja colocada em questão. É a própria existência de uma teoria que cria condições para que aqueles que vêm depois possam desenvolvê-la ainda mais e questioná-la”.

Plano de trabalho

No primeiro capítulo, denominado “Fundamentos teóricos para o desenvolvimento da tese”, iremos indicar algumas premissas que utilizaremos no curso da presente tese. Destacaremos a compatibilização entre a aceitação do modelo filosófico da retórica analítica, conquistas filosóficas da linguagem e o construtivismo lógico-semântico (ponto de partida do estudo). Ademais, será abordada a função dos conceitos metodológicos jurídicos, construídos pela ciência do direito a partir de uma relação reflexiva com o sistema de direito positivo, e sua importância como ferramenta teórica apta a promover uma maior fluidez do discurso jurídico.

Nesse contexto, a criação de conceitos metodológicos jurídicos como ferramenta destinada a explicar o funcionamento do ordenamento jurídico e, por conseguinte, diminuição dos ruídos de comunicação na produção jurídica contribuirá para o avanço da própria prática jurídica nacional. Pode-se aqui extrair um elemento definidor do trabalho: o objetivo do autor em contribuir cientificamente com o discurso jurídico sobre a produção do Direito Tributário, especialmente no que se refere à conservação da produção irregular, por meio de uma proposta de estruturação lógico-semântica das regras de produção, o que não deixa de ser uma proposta atinente à criação de conceitos metodológicos jurídicos.

Dessa maneira, expressões como “ferramenta teórica”, “metodologia”, “ferramenta metodológica”, “estrutura das regras de produção” e “método de trabalho” serão por vezes utilizadas para designar a proposta do autor no sentido de se estabelecer um conceito metodológico jurídico. Esse conceito seria construído após uma análise reflexiva do sistema de direito positivo, com a função de melhorar ou, ao menos, diminuir os ruídos na comunicação jurídica quando o assunto é a produção irregular e a possibilidade de conservação de atos.

O Capítulo 2 terá como argumento a análise da validade jurídica e seus múltiplos aspectos, especialmente aqueles concernentes à análise de pertencibilidade de um determinado discurso com o direito, a produção irregular e as consequências geradas. Examinaremos, na primeira parte, a multiplicidade de significados do termo, delimitando o estudo para o aspecto normativo que circunda o tema.

Serão confrontadas (sem o objetivo de esgotamento) as concepções de validade associadas à pertinência e obrigatoriedade de uma regra jurídica perante o sistema, mediante

um vínculo relacional, validade como uma qualificadora (predicado) de uma norma pertencente ao sistema, porém produzida em descompasso com o direito, questões atinentes aos campos de observação (observador e participante do discurso). O objetivo será apresentar os pontos de convergência das diversas teorias, sobretudo a existência de um critério de existência e o reconhecimento de que a produção normativa poderá ser lícita ou ilícita. Também serão abordados os problemas pragmáticos para construção de um critério-limite de existência (pertinência) jurídica em uma sociedade complexa.

A segunda parte do capítulo será dedicada à invalidação como mecanismo de controle na produção normativa e seus desdobramentos. Por isso, iremos tratar dos diversos ilícitos nomogenéticos encontrados no sistema e as designações para seus respectivos regimes sancionatórios como: inexistência, nulidade, anulabilidade, inconstitucionalidade, ilegalidade e erro na produção da norma individual e concreta (ex: erro de fato ou de direito). A preocupação é demonstrar como esses conceitos são tratados nos outros ramos do direito e no próprio Direito Tributário e, se é possível, construir uma teoria geral das normas sancionatórias apenas com a articulação deles.

A parte final do capítulo terá por objeto delinear um resumido panorama do tratamento da produção irregular pelo direito estrangeiro. Entretanto, tendo em vista os limites do trabalho, optamos por incorporar as conclusões de outro estudo, elaborado no bojo da Universidade de São Paulo, que realizou uma consistente análise da nulidade na França, Alemanha, Espanha, Itália e Portugal. A exposição serve para apoiar a nossa premissa (desenvolvida ao longo do trabalho) no sentido de que a variação teórica existente sobre a produção irregular acaba criando diversos ruídos de comunicação, impedindo a fluidez do trato do problema e aperfeiçoamento das regras de produção. Ressaltamos que não pretendemos empreender em uma pesquisa do direito comparado. O objeto da exposição é meramente ilustrativo e contribui para o trabalho, na medida em que indica como outros ordenamentos têm tratado o problema.

No Capítulo 3, denominado “Estrutura das regras de produção do direito tributário”, a tarefa destina-se a examinar a importância da classificação das normas em estrutura e conduta para o modelo teórico em construção. Posteriormente, apresentaremos o nosso modelo de estrutura da produção jurídica. A proposta teórica parte da obra de Tácio Lacerda Gama, que arquiteta a produção jurídica por meio da sua teoria da competência. Nesse contexto, a produção normativa se articula por meio de dois tipos de normas jurídicas

em sentido estrito: a regra de competência (a qual denominamos regra de produção em sentido estrito) e regra sancionatória pelo descumprimento da regra de produção.

Firmadas as premissas, estudaremos a possibilidade de inserção no modelo acima de um terceiro elemento: a regra de conservação. E não terá a disposição de uma norma jurídica em sentido estrito, sendo, ao revés, uma norma em sentido amplo que atua sobre a regra sancionatória, neutralizando sua incidência e, por conseguinte, conservando o ato irregular e/ou seus efeitos. O modelo tem como base a inquietação já manifestada alhures sobre a possibilidade de o direito conviver com a produção irregular e, ainda, conservá-la em virtude de fatores estruturais. Logo, será necessário comparar a regra de conservação com o modelo pragmático defendido pelo professor Tércio Sampaio Ferraz Júnior acerca da existência de regras de calibração no sistema jurídico.

Em seguida, buscaremos identificar, na ordem constitucional brasileira, quais são os princípios estruturantes da produção jurídica, incluído a regra de conservação, e como será a sua atuação na composição dessas regras, que podem assumir seu papel por meio de diversas fórmulas legislativas (técnicas). Para contextualizar, descreveremos algumas técnicas de conservação no direito privado e no Direito Administrativo. Ao final do capítulo, trataremos da configuração sintática dessas técnicas (regras) de conservação e a necessidade do seu acoplamento no nosso modelo estrutural da produção jurídica.

O Capítulo 4 (Regras de produção e conservação na constituição do crédito tributário), por sua vez, terá como objeto a investigação da atuação das regras de conservação na constituição do crédito tributário (etapa do ciclo de positivação). O campo de estudo será a produção realizada pelo próprio contribuinte ao promover a declaração ou outra forma jurídica com a eficácia de introduzir a norma individual e concreta no sistema. A justificativa para o corte metodológico reside no fato de que a segurança jurídica, no seu aspecto subjetivo, princípio estruturante das normas de conservação nessa etapa do processo de positivação, possui como destinatário o cidadão-contribuinte, não podendo se prestar para justificar a manutenção de um ato irregular editado pela administração tributária.

Após a identificação e limite do princípio estruturante, realizaremos a análise da sua concreção na legislação tributária, iniciando a abordagem pelas normas gerais de Direito Tributário, estatuídas no Código Tributário Nacional, notadamente o art. 146 e o art. 100, parágrafo único. Em seguida, trataremos de regras dispostas na legislação processual, administrativa e outras com o potencial de impactar na interpretação das normas gerais ou

introduzir outros elementos tendentes à conservação da produção irregular realizada pelo sujeito passivo.

A investigação terá como foco verificar a qualificação das regras estudadas como regra de conservação, à medida que conserva o crédito tributário constituído pelo contribuinte (autolancamento), ainda que hipoteticamente contrário à sua regra de produção em sentido estrito (regra-matriz de incidência tributária), em virtude da proteção à segurança jurídica gerada pela existência de um critério jurídico anterior utilizado pela Administração Tributária.

A conservação poderá ocorrer em virtude do impedimento gerado à constituição do crédito tributário, por meio de lançamento de ofício, para o mesmo período em que houve a mudança do critério jurídico incorporado à norma individual e concreta produzida pelo contribuinte. Ou seja, o dispositivo poderá ser analisado a partir da sua função estabilizadora da produção normativa, mesmo diante de mudanças interpretativas ou introdução de interpretações em descompasso com normas de superior hierarquia.

Desse modo, será analisado o alcance dessa regra no Direito Tributário e sua interface com princípios e normas mais específicas, como, por exemplo, as estruturadoras do processo de consulta, as que estabelecem a vinculação entre a administração e comandos emanados do Poder Judiciário ou até mesmo regramentos internos vinculantes (construídos dentro da estrutura hierárquica da administração). O ponto central consistirá em analisar a aplicabilidade das novas regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, inseridas pela Lei nº 13.655/2018, ao Direito Tributário e a sua relação com o art. 146 do Código Tributário Nacional.

No Capítulo 5 (Regras de produção e a conservação do ato irregular no processo administrativo tributário), abordaremos a atuação das regras de conservação no processo administrativo tributário (outra etapa do ciclo de positivação), demonstrando a conservação de atos processuais irregulares. Para ilustrar nossa posição, analisaremos quatro questões relacionadas ao tema: (i) possibilidade de apresentação de novos argumentos após impugnação administrativa e/ou recurso cabível; (ii) possibilidade de apresentação de provas para além do limite temporal definido na legislação; (iii) conceito de ordem pública no processo administrativo tributário e sua relação com o tema da produção irregular; e (iv) atuação do prejuízo na conservação dos atos processuais irregulares.

Finalmente, com base na ferramenta teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, demonstraremos a viabilidade da sua utilização como método para o estudo da produção irregular no Direito Tributário, bem como demais conclusões obtidas ao longo da explanação, na tentativa de confirmar nossa hipótese.

CONCLUSÕES E TESES

No percurso desenvolvido para testar a veracidade das nossas hipóteses, chegamos a diversas conclusões. Cabe, portanto, sumariá-las em conjunto com os enunciados confirmativos das hipóteses levantadas no início (teses), oportunizando ao leitor um completo panorama da nossa empreitada intelectual.

Na comunicação jurídica, é inegável a existência das convenções linguísticas científicas (metodológicas) e os limites discursivos impostos pelo sistema normativo e seu caráter prescritivo. Esse é um fenômeno que também pode ser compreendido à luz da teoria dos jogos de linguagem. Importante é que o modelo teórico, qualquer que seja, esteja pautado em um determinado sistema de referência. Por isso, não podemos conceber uma estrutura cognitiva sem a presença de um sistema de referência.

O nosso sistema de referência é pautado no Construtivismo Lógico-Semântico e a sua base filosófica. Normalmente, atribuímos dois sentidos diferentes ao vocábulo. O primeiro é a designação da própria escola de pensamento ou movimento de estudiosos que compartilham as mesmas bases teóricas. O segundo sentido define o instrumento de trabalho (método). Estamos tratando da segunda acepção. Sua proposta metodológica consiste em, por meio de uma “concepção epistemológica bem demarcada, a Filosofia da Linguagem, e da atribuição de sentido, amarrar, lógica e semanticamente, suas proposições, para a construção de seu objeto, que constitui uma das infinitas possibilidades de enxergá-lo”.

Nessa perspectiva, foi desenvolvida uma técnica de estudo, estruturada nos pilares do modelo teórico acima, com o escopo de eliminar, por meio de uma formulação sintática, os ruídos de comunicação existentes entre as teorias atinentes à produção jurídica, especialmente no que concerne à validade, invalidade e conceitos correlatos.

Quando estudamos a validade jurídica como ponto de partida para a construção de um modelo teórico de produção jurídica, verificamos que, na dogmática atinentes ao tema, há uma questão comum: todos buscam um critério mínimo para um ato ingressar na linguagem especializada (técnica, jurídica etc.). Na teoria do fato jurídico, por exemplo, o elemento-chave é a separação entre os “mundos” (mundo dos fatos e mundo jurídico). Da

mesma forma, na teoria kelseniana o conceito de validade como relação se desenvolve a partir de um critério para o ingresso de normas no sistema jurídico.

Tanto a ideia de suporte fático suficiente e preenchimento de elemento nuclear para incidência quanto a ideia de existência da norma jurídica a partir de introdução por órgãos autorizados pelo sistema e procedimento próprio denotam a tentativa de oferecer o estabelecimento de um portal entre o jurídico e o não-jurídico. A ideia de existência da norma jurídica a partir de introdução por órgãos autorizados pelo sistema e procedimento próprio segue a mesma linha.

A tentativa de demarcação desse campo de debate no discurso jurídico revela-se por demais problemática, sobretudo quando encontramos alguns casos-limites, onde a desconformidade do ato com o sistema é acentuada. Entendemos, contudo, a importância didática (igualmente metafórica), de estabelecer um critério mínimo de pertencibilidade, ainda que passível de críticas, para afastar o dualismo existente/inexistente dentro do discurso jurídico, ou seja, a aplicação dessa categoria dentro do sistema jurídico de referência (linguagem jurídica). Se interessa e compõe o debate jurídico, certamente estaremos diante de um objeto que atravessou o “portal jurídico” e, por isso, deve ser qualificado como tal e submetido ao regramento do sistema de direito positivo posto.

Defendemos, por isso, que o critério adequado para se estabelecer uma ideia de pertencibilidade de uma norma com o sistema é a possibilidade de ser aplicada ou ser afastada por uma norma sancionadora por uma autoridade competente. Em regra, seria o Poder Judiciário, mas, dependendo do grau de hierarquia da norma, poderá ser invalidada por outra autoridade.

Outro ponto de convergência entre as teorias estudadas consiste no reconhecimento de que o ordenamento jurídico, de um modo geral, precisa prescrever as consequências jurídicas para a criação de ato normativo em desconformidade com o estipulado pelo sistema. Isto é, em todas as teorias há consenso de que a produção do direito nem sempre se dá em plena conformidade com as regras, e por isso deve haver um aparato normativo, em geral de cunho sancionatório, dispondo sobre as consequências jurídicas geradas pela introdução de norma jurídica em contraste com as regras do próprio sistema.

Também foi dedicada atenção especial à produção jurídica irregular e ao tratamento dado pelo sistema de direito positivo para coibir, expulsar, minorar ou retirar os efeitos decorrentes da irregularidade. Nesse contexto, vimos que em quase todos os aspectos há uma grande variação semântica entre os conceitos metodológico-jurídicos empregados

pela comunidade do discurso (participantes, ciência do direito etc.). São os casos, por exemplo, da validade, invalidade, inexistência, nulidade, anulabilidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, que podem configurar erros de fato ou de direito.

Por isso, o estudo das regras que estipulam as consequências jurídicas decorrentes da inserção, ou melhor, da produção de atos irregulares é bastante relevante para se estabelecer um modelo teórico-operativo tendente a tratar dos atos eivados de algum vício. Saliente-se que, independentemente da denominação utilizada para atribuição de atos produzidos de modo irregular (invalidade, ato ilícito, ato jurídico irregular etc.), o sistema de direito positivo reconhece e tutela o referido âmbito de produção.

Não há uma única causa para o problema (variação semântica dos conceitos), mas sim um entrelaçamento de questões de origem histórica, doutrinária, influência do direito comparado e tratamento dado pelo direito positivo (particularizado em cada ramo do direito), entre outros. Entendemos, porém, que investigar e catalogar as causas dessa variação semântica, apesar do valor científico, não oferecerá uma saída para um novo padrão metodológico.

Diversamente, a resposta para construção desse padrão metodológico pode estar nas semelhanças entre os modelos teóricos, as quais servirão de ponto de partida para a proposta classificatória. A proposta possui algumas premissas que precisam ser catalogadas.

A *primeira premissa* é a necessidade de se estabelecer, metodologicamente, um conceito mínimo de pertencibilidade, isto é, um critério para separar o corpo jurídico do não-jurídico da linguagem, independentemente da sua denominação. A *segunda* é que, ao regular sua própria produção, o sistema jurídico convive com o descumprimento (parcial e total) das suas próprias regras, construindo, assim, mecanismos para dar o tratamento específico ao “irregular”. O irregular, nesse caso, situa-se dentro do sistema e não deve ser tratado metodologicamente como “não-ato” ou “não-jurídico”.

O sistema de direito positivo, apesar de conferir tratamento específico para produção irregular, não oferece um padrão uniforme para todos os tipos de defeitos. Isso implica uma variação indefinida dependente do ordenamento jurídico ou até mesmo do direito tutelado em particular, tudo subordinado à técnica legislativa utilizada. Essa é a *terceira premissa*.

Com isso, fica cada vez mais difícil construir uma teoria geral das respostas do sistema aos atos irregulares, visto que os modelos clássicos de nulidade, anulabilidade,

inexistência, apesar da sua grande aceitação doutrinária, já não oferecem uma resposta precisa para os diversos problemas atuais.

Assim, nosso recurso metodológico possui a pretensão de se apresentar livre de tantas variações conceituais e apto para facilitar a fluidez do discurso jurídico. Em outras palavras, procura-se eliminar as tensões provocadas pela utilização de diferentes “jogos de linguagem” em uma comunicação jurídica.

Nossa ferramenta metodológica parte da tese proposta por Tácio Lacerda Gama. Entretanto, como exposto ao longo do trabalho, não utilizaremos o vocábulo “competência tributária” para designar o conjunto de normas de produção do direito. Não trabalharemos, igualmente, como a ideia do autor no sentido de que a norma de competência, em sua configuração completa, é composta por uma norma primária (equivalente à norma de produção em sentido estrito) e uma norma sancionatória (conforme o modelo kelseniano). Elas prescreveriam uma sanção a ser efetivada pelo Poder Judiciário, ou seja, a norma completa albergaria todas as hipóteses de tratamento da produção.

Pensamos que, antes de chegar na norma secundária, o sistema jurídico, além de prescrever as consequências decorrentes da produção irregular, calibra seu funcionamento por meio da criação de regras de conservação da produção irregular. Desta feita, o modelo fica mais bem ajustado quando trabalhamos com a tríade (norma de produção em sentido estrito, norma sancionatória pelo descumprimento da regra de produção em sentido estrito e norma de conservação do ato irregular) antes de chegar na formulação da norma secundária.

Em outros termos, o modelo de produção normativa deve ser composto por três espécies de norma de produção de caráter primário. A primeira espécie é a regra de produção em sentido estrito, que equivale à norma de competência primária na teoria de Tácio Lacerda Gama. Logo, a *norma de produção em sentido estrito* consiste no esquema proposicional que carrega, na sua hipótese (antecedente), os requisitos necessários para a produção regular (lícita) de uma regra jurídica e, no seu consequente, os “condicionantes materiais para a norma de inferior hierarquia”.

No trato da norma defeituosa, há duas posturas teóricas possíveis. A primeira é a de tratar o ato (norma) defeituoso como irrelevante juridicamente ou fora do sistema jurídico. A segunda postura é conceber o ato (norma) defeituoso como um produto do sistema jurídico, negando sua relação com a *norma de produção em sentido estrito* e, por

consequência, atribuindo sua juridicidade à hipótese de incidência de uma norma de negação ou sancionatória.

Concluimos que a segunda postura é a mais adequada, motivo pelo qual deve-se inserir, dentro do modelo estrutural da produção jurídica, a norma sancionatória que incidirá para coibir a produção irregular dentro do sistema jurídico.

Desta feita, a *norma sancionatória pelo descumprimento da regra de produção em sentido estrito* possui como hipótese o exercício irregular, ou melhor, o descumprimento parcial ou total de algum elemento da regra de produção do direito em sentido estrito e, no seu consequente, a reação dada pelo sistema de direito positivo em virtude da produção irregular da norma.

O terceiro elemento do modelo sintático proposto consiste na *norma de conservação da produção irregular*, com função calibradora do sistema normativo. Logo, a produção jurídica deve ser organizada sintaticamente por três tipos de normas de produção, a saber: (i) produção em sentido estrito; (ii) sancionatória da produção irregular; e (iii) conservação da produção irregular (norma em sentido amplo).

A conservação da produção irregular é sempre relacionada com a atuação direta de princípios que podem expressar valores ou limites objetivos, como, por exemplo, “princípio da economia da produção”, instrumentalismo (direito processual), interesse público e boa-fé, entre outros. Na maioria das vezes, esses princípios não atuam diretamente como regras de conservação, servindo como base de sustentação para criar o que vamos chamar de técnicas de conservação, que nada mais é do que a concretização do (s) princípio (s) por meio de uma regra específica a determinado microssistema normativo como o Direito Tributário.

Quando atuam como base de criação de regras de conservação, os princípios assumem função estruturante. Nada impede, porém, que em determinados casos o próprio princípio funcione como regra de conservação direta, assumindo a função de norma de conservação da produção irregular. Entre os princípios estruturantes, podemos relacionar aqueles mais gerais, base de toda formulação jurídica (legalidade e segurança jurídica) e aqueles mais vinculados a um subsistema em particular (sistema constitucional tributário, por exemplo). Eles justificam a criação de mecanismos que calibram a produção normativa garantidora de uma maior fluidez do ordenamento jurídico, sem afastar a importância da regra de produção em sentido estrito e suas respectivas regras sancionatórias.

Por vezes, o funcionamento dinâmico do sistema jurídico revela casos em que a produção normativa ocorre em desconformidade com a regra de produção em sentido estrito, mas a incidência da norma sancionatória pode ser igualmente danosa ou pouco efetiva em face dos efeitos produzidos pelo ato defeituoso. Não é incomum a atuação de regras que impedem a aplicação da norma sancionatória, seja por decurso de determinado lapso temporal, necessidade de concretização da segurança jurídica no seu âmbito funcional de certeza, confiança e estabilidade sistêmica ou até mesmo por outra fórmula legislativamente prevista.

A atuação desse tipo normativo seria uma regra de calibração com o escopo de garantir que o remédio jurídico previsto no sistema (norma sancionatória) não possua a função reversa, prejudicando a estabilidade do direito e relações jurídicas decorrentes. No entanto, isso não significa que o ato defeituoso foi considerado perfeito, mas apenas imunizado dentro do sistema, motivo pelo qual continuará a produzir seus efeitos. Daí a ideia de denominar tal estrutura de norma de conservação, pois sua atuação neutraliza a reação do sistema (norma sancionatória) contra a norma defeituosa.

Entendemos que, no seu aspecto estrutural, a atuação da norma neutralizante ou de preservação ocorre de modo semelhante às regras de isenção. Portanto, a norma de conservação atua na *norma sancionatória de descumprimento da regra de produção em sentido estrito*, mutilando o seu consequente e, por conseguinte, impedindo a imputação da reação prevista pelo sistema de direito positivo e preservando os efeitos da norma produzida irregularmente.

Diferentemente do caso da isenção (norma de conduta + norma de estrutura), o intérprete competente estará diante de duas normas de estrutura, onde a norma de conservação terá função mutiladora do consequente da norma sancionatória. Registre-se que a acepção de norma utilizada para a “regra de conservação” é no sentido amplo, pois sua atuação se dá em conjunto com a regra sancionatória, o que inviabiliza (aprioristicamente) a composição de um sentido completo passível de qualificação como uma norma em sentido estrito.

Com isso, é possível emitir um juízo confirmativo da nossa primeira hipótese, formulando-se a tese no sentido de que um modelo estrutural (ferramenta metodológica) para o estudo da produção do direito não deve prescindir das regras tendentes à calibração do sistema, por meio da manutenção do ato irregular ou seus efeitos no sistema de direito positivo. Logo, além das regras de produção em sentido estrito e a respectiva regra

sancionatória, é preciso inserir no modelo as regras de conservação, norma em sentido amplo (diferentemente das duas primeiras) que atua estruturalmente sobre a norma sancionatória mutilando o todo ou parte do seu consequente, de modo a impedir sua incidência.

O juízo confirmativo da segunda hipótese também se faz presente, na medida em que a calibração, como regra, deve ser realizada por meio de técnicas (regras) específicas para cada subsistema jurídico e de acordo com suas particularidades, as quais possuem como lastro de estruturação princípios mais gerais, como, por exemplo, a segurança jurídica e a legalidade, e princípios mais específicos aplicáveis a determinado ramo do direito. Não negamos a excepcional possibilidade de aplicação direta de princípios como mecanismos de conservação, no entanto, esse modelo de aplicação direta pode gerar insegurança e, a longo prazo, ser danoso para o funcionamento de uma estrutura regulatória da produção jurídica.

Com isso, nossa tese propugna que a regra de conservação esteja disposta em regra específica aplicável a determinado sistema ou subsistema como o do Direito Tributário, sem prejuízo de sua sustentação provir de princípios estruturantes, notadamente o da segurança jurídica e o da legalidade.

Inserida a aplicação das duas teses no exame do ciclo de positivação da relação jurídico tributária e o seu processo de revisão, encontramos o funcionamento de regras e seus respectivos princípios estruturantes.

Na etapa de constituição do crédito tributário, considerando o bloco estrutural das regras de conservação (segurança jurídica/legalidade), destacamos peremptoriamente a impossibilidade ou, pelo menos, a existência de uma restrição por parte do sistema constitucional tributário, para livre instituição de regras de conservação de lançamentos de ofício, atividade vinculada à administração tributária. O fundamento para tal assertiva reside na própria configuração do princípio da segurança jurídica em matéria tributária e seus desdobramentos, que garantem o ideal de determinação, estabilidade e previsibilidade.

A conclusão acima é justificada, em primeiro lugar, no aspecto protetivo que o sistema constitucional tributário garante ao cidadão-contribuinte. Logo, a segurança jurídica não pode ser utilizada como fundamento ou ser afastada do seu âmbito de incidência ao argumento de concretizar um interesse público em detrimento do particular, o que poderia acontecer, por exemplo, na manutenção (conservação) de um lançamento de ofício completamente viciado em nome de um “interesse maior arrecadatório”.

Em segundo lugar, quando analisamos a questão sob o prisma da proteção à confiança legítima (seja como âmbito de atuação da segurança jurídica ou princípio dotado de autonomia), base para a criação de regras de conservação da norma individual irregular, verificamos que o princípio tem como espectro de atuação a proteção do particular (cidadão-contribuinte) em face do Estado, e não o contrário. Desta feita, não seria justificável a criação de regras de conservação em desfavor do contribuinte pautadas na proteção da confiança legítima, o que também justifica a opção de analisar a conservação dos atos irregulares constitutivos do crédito tributário na perspectiva da atividade criativa do contribuinte.

Portanto, a atuação das regras de conservação existentes no sistema deve servir para conservação de atos de modo favorável ao contribuinte, e não o contrário. Tal fator leva à exclusão do objeto de análise dos vícios de produção ocorridos em lançamentos de ofício (originário) e por declaração. O foco da análise residirá na produção da norma individual e concreta pelo contribuinte (art. 150 do Código Tributário Nacional) e a atividade da administração tributária em controlar a produção, seja por meio da expedição de normas de produção ou integrativas/orientadoras da interpretação da regra-matriz de incidência tributária, seja por meio do lançamento de ofício (art. 149 do Código Tributário Nacional) e demais regras sancionatórias, que funcionam como normas sancionatórias da produção irregular.

Em termos de normas gerais do Direito Tributário, são comuns a vinculação da segurança jurídica e a proteção da confiança legítima dos contribuintes às normas direcionadas a limitar a competência da atividade de fiscalização. Isto é, normas impeditivas do exercício do lançamento de ofício complementar, mesmo quando, de alguma forma, a atividade constitutiva original possa estar contaminada com algum vício.

A regra de conservação mais utilizada é, sem dúvida, aquela que atua na produção em razão do decurso do tempo. São as regras que veiculam os prazos decadenciais para a constituição do crédito tributário (*ex vi* o artigo 150, §4º, e o art. 173). Igualmente, os artigos 146 e 100 instituem regras protetivas contra mudanças de comportamento da administração tributária e possuem fundamento de validade no aspecto subjetivo da segurança jurídica. Tais normas são, indubitavelmente, regras de conservação, pois impedem a aplicação das regras sancionatórias da produção irregular, em virtude de um estado de confiança da regularidade da produção, gerado pelo próprio poder público no desenvolvimento da sua competência de orientação.

Com isso, podemos colher a seguinte composição das regras de produção tendentes a regular a atividade constitutiva realizada pelo contribuinte:

A primeira categoria é a *norma de produção em sentido estrito*, que, na situação estudada, é direcionada ao contribuinte, autoridade competente para a constituição do crédito tributário por meio da inserção de uma norma individual e concreta, regulada por um procedimento ou *modus* de realização (deveres instrumentais estatuídos pela administração), com conteúdo definido pelo ordenamento tributário em todos os seus níveis (regramento material do tributo).

Sendo assim, a estrutura hipotética simplificada seria: *dado o fato de o contribuinte verter em linguagem competente, regulada por um procedimento (dever instrumental), a ocorrência de um evento e o subsumir a uma norma geral e abstrata (regra-matriz de incidência tributária), haverá a introdução regular de uma norma individual e concreta no sistema, formalizadora de uma relação jurídica tributária.*

Por outro lado, também haverá uma *regra sancionatória da produção irregular*, a qual atuará no controle da produção realizada pelo contribuinte, tendo por escopo verificar a regularidade formal e material da produção, exarando o lançamento de ofício complementar e aplicando as penalidades cabíveis, resumindo-se na seguinte estrutura hipotética: *dado o fato de o contribuinte introduzir norma individual e concreta irregular (material ou formalmente), haverá a introdução de norma individual e concreta complementar (lançamento de ofício) e aplicação de penalidade (multas).*

A terceira categoria (*regra de conservação*) advém da proteção da confiança legítima, garantida constitucionalmente, tendo sido positivada no CTN pelas técnicas estabelecidas nos arts. 146 e 100, parágrafo único. Diante do estado de confiança gerado pelo modelo interpretativo exteriorizado pela administração de formas variadas, haverá a eliminação ou atenuação do regime sancionatório. Se o vício sancionável for atinente a aspectos materiais da constituição do crédito tributário, mas a autoridade competente (contribuinte) pautou a produção em modelo administrativo/judicial gerador de uma base de confiança, o regime sancionatório será neutralizado, não havendo a realização do lançamento complementar. Caso haja, ele deverá ser desconstituído.

Alternativamente, para os demais casos em que o vício não atinge a produção do crédito tributário, será possível a correção por meio de produção de ato complementar ou

desconstituição seguida de outro ato, mas haverá a neutralização do regime de aplicação de multa, cobrança de juros e atualização monetária.

Com isso, sua estrutura hipotética será: *dado o fato de a autoridade competente produzir ato irregular com base em modelos normativos vinculantes oferecidos pelo poder público, haverá mutilação total (art. 146) ou parcial (art. 100, parágrafo único) do consequente da regra sancionatória pelo descumprimento da norma de produção em sentido estrito.*

O modelo acima também pôde ser confirmado com a análise das disposições contidas na legislação ordinária, especialmente regras atinentes ao procedimento de consulta fiscal, vinculação dos atos da administração dentro da estrutura hierárquica, vinculação de atos dentro do contencioso administrativo tributário e até mesmo a vinculação de pronunciamento emanado do Poder Judiciário quando intermediados por leis vinculativas específicas. Tudo a confirmar a nossa terceira hipótese, o que permite formular a tese no sentido de que a produção realizada pelo contribuinte para constituição do crédito tributário, quando irregular pode ser mantida no sistema em virtude da atuação da regra de conservação.

Finalmente, na etapa de controle de produção do lançamento (processo administrativo tributário), identificamos diversas regras de conservação. A primeira consiste no permissivo para a inserção e manutenção da prova intempestiva no processo administrativo tributário. A conservação ocorre porque o dever de produção de ofício previsto nos artigos citados impede que o julgador, ao deparar com uma prova inserida irregularmente (intempestiva), que pode sofrer a sanção de preclusão e expulsão, simplesmente a desconsidere.

Se a prova é intempestiva (inserida irregularmente), mas relevante para o julgamento do processo, o dever estabelecido nos arts. 18 e 29 do Decreto nº 70.235/1972 e no art. 38 da Lei nº 9.784/1999 impede que o julgador a desconsidere, já que ele, até a conclusão do julgamento, poderia (poder-dever) solicitar a inserção da prova que foi juntada intempestivamente pela parte.

Do ponto de vista estrutural, a norma de conservação (arts. 18 e 29 do Decreto nº 70.235/1972 e art. 38 da Lei nº 9.784/1999) mutila o consequente da norma sancionatória, que prevê a preclusão dos enunciados probatórios juntados após a impugnação administrativa.

Observe-se que a regra imunizante possui fundamento direto nos dispositivos legais mencionados e não necessita estar fundamentada diretamente em “princípio” supralegal da verdade material, constantemente invocado pela doutrina e citado na jurisprudência administrativa.

A segunda hipótese de conservação reside no afastamento das consequências da preclusão em determinadas situações no contencioso administrativo tributário. Com isso, o dever legal de a autoridade julgadora conhecer as matérias de ordem pública, formuladas ou não no ato processual irregular, cria uma regra de conservação permissiva de efeitos do ato impugnatório. Nesse sentido, utilizando o nosso método de trabalho, podemos inserir o seguinte esquema entre as regras de produção, com ênfase na questão temporal:

Norma de produção em sentido estrito: *dado o fato da edição de impugnação/recurso no prazo (30 dias), deve-ser regular o ato impugnatório (H -> C);*

Norma sancionatória: *dado o fato da produção irregular (intempestiva), devem-ser excluídos e desconstituídos os efeitos do ato ($\sim H \rightarrow C$);*

Norma de conservação (sentido amplo): *dado o fato de o ato irregular veicular matéria cognoscível de ofício, deve-ser mutilado (parcial ou totalmente) o consequente da norma sancionatória.*

A norma de conservação, portanto, afasta não só os efeitos da preclusão temporal como também impede a aplicação do regime sancionatório aplicável para o ato intempestivo. Parece-nos que, no processo administrativo tributário, o temperamento do regime preclusivo ocasionado pelas regras de conservação possui fundamento na necessidade de a técnica (preclusão) estar alinhada com os fundamentos do procedimento, que, no caso, é a de controlar a higidez e legalidade do lançamento tributário e, ao mesmo tempo, afastar cobranças indevidas causadoras de transtornos aos contribuintes e prejudiciais ao trabalho da própria administração tributária.

Igualmente, no caso de inovação argumentativa após a impugnação, temos o seguinte quadro: (i) ocorrida a inovação argumentativa (veiculada no recurso voluntário ou petição avulsa apresentada antes do julgamento), o ato deve ser enquadrado como irregular à luz da regra de produção em sentido estrito; (ii) sendo o ato irregular, haveria a aplicação de norma sancionatória apta a afastar a influência de tais elementos no julgamento do

processo. (iii) A sanção, todavia, não pode ser aplicada quando a inovação for de ordem pública (com característica de verdadeira regra de conservação):

Norma de produção em sentido estrito: dado o fato de argumentos na impugnação, deve-ser regular o ato impugnatório ($H \rightarrow C$);

Norma sancionatória: dado o fato da produção irregular (adição de argumentos após a impugnação), devem-ser desconsiderados os argumentos no julgamento ($\sim H \rightarrow C$);

Norma de conservação (sentido amplo): dado o fato de o ato irregular veicular matéria de ordem pública, deve-ser mutilado (parcial ou totalmente) o consequente da norma sancionatória.

Assim, a ordem pública assume a posição de regra de conservação da produção irregular, tanto no aspecto temporal quanto no relacionado à adição de argumentos atinentes a matérias submetidas ao contencioso administrativo tributário.

Com relação à possibilidade de se definir um conceito de *ordem pública tributária*, pensamos que o expediente teórico é de pouca valia, como já foi denunciado em aprofundados estudos realizados no âmbito do Direito Processual Civil. Nada impede, entretanto, que se busque critérios ou pelo menos um padrão de temas cognoscíveis de ofício, desde que não tenha sido encerrada a fase processual.

Um indicador de ordem pública, por exemplo, são as questões ensejadoras de revisão administrativa fora do contencioso administrativo tributário, tais como aquelas elencadas no Parecer Normativo nº 8/2014, art. 19-A da Lei nº 10.522/2002, as vinculações ao julgador contidas nas normas processuais, como as que integram o art. 26-A do Decreto nº 70.235/1972 e o art. 62 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, e outras normas introdutórias do dever de a administração afastar, na primeira oportunidade, o prosseguimento de ato ilegal.

Não faz sentido transferir essa atribuição para uma autoridade administrativa isolada quando o controle ainda pode ser exercido por um órgão colegiado e com a participação da Procuradoria da Fazenda Nacional, que poderá exercer o contraditório.

Por último, é possível extrair do parágrafo 3º do art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, introduzido pela Lei nº 8.748/1993, uma regra de conservação do ato irregular. O texto normativo determina o afastamento da incidência da regra sancionatória por parte

da autoridade competente (juiz administrativo) quando o julgamento de mérito for favorável ao contribuinte. Por isso, o vocábulo “mérito” deve ser entendido como todo e qualquer elemento que importe na desconstituição do crédito tributário debatido no processo administrativo tributário.

Trata-se de regra que introduz a primazia do mérito favorável ao contribuinte, conservando a produção do ato processual irregular para, em seguida, desconstituir o crédito tributário comprometido com algum vício na sua constituição e/ou completamente indevido. Mesmo porque a correlação entre a regra de conservação em análise e a primazia do mérito prevista na legislação processual vem sendo realizada em alguns julgados administrativos.

Com isso, a partir do art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, podemos apresentar o seguinte sistema de produção dos atos no processo administrativo tributário:

Norma de produção em sentido estrito: dado o fato de o ato ser produzido por autoridade competente e/ou com observância ao direito de defesa do contribuinte, deve-ser regular o ato processual ($H \rightarrow C$);

Norma sancionatória: dado o fato da produção irregular (autoridade incompetente ou com descumprimento ao direito de defesa), devem-ser desconstituídos o ato e todos dele dependentes ($\sim H \rightarrow C$);

Norma de conservação (sentido amplo): dado o fato de a decisão de mérito ser favorável ao sujeito passivo, deve-ser mutilado (totalmente) o conseqüente da norma sancionatória.

Além das hipóteses elencadas no Decreto nº 70.235/1972, é possível identificar na Lei nº 9.784/1998 (aplicável subsidiariamente) e no Código de Processo Civil (aplicação supletiva) outras hipóteses de aplicação da norma sancionatória mais gravosa, como nos casos de inserção de prova ilícita, vícios na fundamentação das decisões e questões atinentes ao impedimento e suspeição, entre outras.

Para os demais vícios, a regra processual acabou estabelecendo um regime sancionatório de menor atuação, determinando a repetição do ato apenas nos casos em que a produção irregular tenha incorrido em prejuízo ao contribuinte. A regra permite a ampla conservação dos atos irregulares em geral, impondo como regime sancionatório apenas a repetição do ato.

Tudo a confirmar a nossa quarta hipótese apresentada acima como tese derradeira do presente trabalho acadêmico. Finalmente, entendemos que prestamos um “*Contributo para uma teoria da conservação do ato irregular do Direito Tributário*”, expressão que poderá ser considerada como o título final ou fechamento do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução: Alberto Bossi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABBOUD, Georges. **Consequencialismo jurídico: o lugar da análise de consequências em direito e os perigos do ativismo consequencialista**. Revista dos Tribunais. Vol. 1009/2019. p.123-135.

_____. **Processo constitucional brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

_____. STRECK, Lenio. **O NCPC e os precedentes – afinal, do que estamos falando? Precedentes**. ATAIDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. et al (coord). Salvador: JusPodivm, 2015. p. 175-182.

ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **A retórica constitucional (sobre a tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann)**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

AGUIAR, Tatiana. **Os planos linguísticos que formam o direito sob a ótica comparativa do constructivismo lógico-semântico e da retórica realista**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.111-130.

ALCOFORADO, Antônio Machado Guedes. **A teoria da regra-matriz de incidência como parte do método hermenêutico-filosófico-científico denominado constructivismo lógico-semântico**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p.51-94.

ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Teoria das nulidades no processo penal**. São Paulo: Noeses, 2016.

ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução: Gercélia Batista de Oliveira Mendes. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

ALVES, Alaôr Caffé. **Formação lógico-jurídica do conhecimento e a construção do discurso científico**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

AMARAL, Diogo Freitas. **Direito Administrativo**. Volume III. Lisboa: 1989

AMARO, Luciano. **Lançamento, essa formalidade**. In: Teoria geral da obrigação tributária: estudos em homenagem a José Souto Maior Borges. Heleno Taveira Tôres (coord.). São Paulo: Malheiros, 2005.p 374-390.

_____. **Direito tributário brasileiro**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ANASTASIA, Antonio Augusto Junho. **Apresentação da obra**. Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 5-6.

ANDRADE, José Maria Arruda de. **Interpretação da norma tributária**. São Paulo: MP Editora, 2006.

_____. **Consequencialismo e argumento de risco fiscal na modulação de efeitos em matéria tributária**. Revista Direito Tributário Atual. Vol. 40. 2º semestre de 2018. p. 472-488

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2011.

ARAÚJO, Clarice von Oertzen de. **Incidência jurídica: teoria e crítica**. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **Semiótica do direito**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. **Semiótica e investigação do direito**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. P. 121-154.

ARAÚJO, Ana Clarissa Masuko dos Santos. **Princípio da verdade material e processo administrativo fiscal de compensação**. In: Processo tributário analítico. CONRADO, Paulo (Coord.). São Paulo: Noeses, 2013. p. 1-18.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. **O princípio da proteção da confiança**. 2ª ed. Niterói: Impetus, 2016.

ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. **Inércia argumentativa no processo civil brasileiro**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

_____. **Precedentes vinculantes e irretroatividade do direito no sistema processual brasileiro: os precedentes dos tribunais superiores e a sua eficácia temporal**. Curitiba: Juruá, 2012.

ÁVILA, Humberto. **Função da ciência do direito tributário: do formalismo epistemológico ao estruturalismo argumentativo**. In: Revista Direito Tributário Atual nº 29. São Paulo: Dialética, 2013. pp. 181-204.

_____. **Ciência do direito tributário e discussão crítica**. In: Revista Direito Tributário Atual nº 32. São Paulo: Dialética, 2014. p. 159-197.

_____. **Sistema constitucional tributário**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Versão eletrônica (e-book/Kindle).

_____. **Segurança jurídica: entre a permanência, mudança e realização do direito tributário.** São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. **Segurança jurídica: entre a permanência, mudança e realização do direito tributário.** 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001

BALLWEG, Ottmar. **Retórica analítica e direito.** Tradução: João Maurício Adeodato. Revista Brasileira de Filosofia. Vol. XXXIX, fascículo 163. São Paulo: IBF, 1991.

BAPTISTA, Patrícia Ferreira. **Segurança jurídica e proteção da confiança legítima no direito administrativo: análise sistemática e critérios de aplicação no direito administrativo brasileiro.** (e-book – versão kindle)

BARBOSA, Antônio Alberto Alves. **Da preclusão processual civil.** 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

BARRETO, Paulo Ayres. **Ordenamento e sistema jurídicos.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.249-270.

_____. **Comunicação, linguagem e direito.** In: Teoria Comunicacional do Direito: Diálogo entre Brasil e Espanha. Gregorio Robles; Paulo de Barros Carvalho. (Org.) .São Paulo: Editora Noeses, 2011, p. 387-396.

_____. **Conceitos Constitucionais e Competência Tributária.** In: Temas de Direito Tributário. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, p. 331-344.

_____. **Ser, dever-ser e a validade das normas jurídicas.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.195-215.

_____. **Contribuições: regime jurídico, destinação e controle.** 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2020.

_____. **Constructivismo lógico-semântico e a regra-matriz de incidência tributária.** In: Constructivismo lógico-semântico: homenagem aos 35 anos do grupo de estudos de Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2020. p.275-294.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARTHES, Roland. **Elementos da semiologia.** Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais.** Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário.** 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2013.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Efetividade do processo e técnica processual.** São Paulo: Malheiros, 2006.

BEZERRA NETO, Bianor Arruda. **O que define um julgamento e quais os limites de um juiz?** São Paulo: Noeses, 2018.

_____. **Construção e justificação da decisão judicial: roteiro e contribuições do constructivismo lógico-semântico.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.365-402.

BIGOLIN, Giovani. **Segurança jurídica: a estabilização do ato administrativo.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral do direito.** 3 ed. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6ª ed. Tradução: Maria Celeste C. J. Santos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

_____. **Teoria da norma jurídica**. Tradução: Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: EDIPRO, 2001.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Ciência e Mudança conceitual: notas sobre epistemologia e história da ciência**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BORGES, José Souto Maior. **Lançamento Tributário**, 2ª ed. São Paulo, Malheiros, 1999.

_____. **Ciência feliz**. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. **Obrigação Tributária**, 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

_____. **Obrigação Tributária**, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. **Ciência feliz: sobre o mundo jurídico e outros mundos**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1994.

_____. **Segurança jurídica: sobre a distinção entre competências fiscais para orientar e autuar o contribuinte**. In: Revista de Direito Tributário nº 100. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 19-26.

_____. **Sobre a Preclusão da Faculdade de rever Resposta Pró-contribuinte em Consulta Fiscal e Descabimento de Recurso pela Administração Fiscal**. Revista Dialética de Direito Tributário n. 154. Julho/2008. p. 76-91.

BRAZ, Jacqueline Mayer da Costa Ube. **Substituição tributária no ICMS: construção de sentido e aplicação**. São Paulo: Noeses, 2020.

_____. **Constructivismo lógico-semântico: entre a forma e o conteúdo**. In: Constructivismo lógico-semântico: homenagem aos 35 anos do grupo de estudos de Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2020. p. 475-514.

BRITTO, Lucas Galvão de. **O lugar e o tributo**. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **Dividir, definir e classificar: conhecer é recortar o mundo**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.201-248.

_____. **Sobre o uso de definições e classificações na construção do conhecimento e na prescrição de condutas**. In: *Lógica e direito*. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Tributar na era da técnica: como as definições feitas pelas agências reguladoras vêm influenciando a interpretação das normas tributárias**. São Paulo: Noeses, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo. **Nulidades no processo moderno: contraditório, proteção da confiança e validade *prima facie* dos atos processuais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis**. Salvador: JusPodivm, 2013.

_____. **Convenções processuais**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

_____. **Teoria das nulidades processuais no direito contemporâneo**. *Revista de Processo*. n. 255. Maio/2016. p. 117 – 140

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **O regime das questões de ordem pública no novo CPC**. In: *Novo CPC: doutrina selecionada*. Vol. 1. DIDIER JÚNIOR, Fredie. (coord.). p. 1.226-1.230.

CALCINI, Fábio Pallaretti. **Princípio da legalidade: reserva legal e densidade normativa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CALMES, Sylvia. **Du principe de protection de la confiance legitime em droits allemand, communautaire et français**. Paris: Dalloz, 2001.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Dimensão processual do princípio do devido processo legal constitucional**. In: Novo CPC: doutrina selecionada. v. 1. DIDIER JÚNIOR, Fredie (coordenação). Salvador: Jus Podivm, 2015. p.245-258.

CASTRO JÚNIOR, Torquato da Silva. **A pragmática das nulidades e a teoria do ato jurídico inexistente: reflexões sobre metáforas e paradoxos da dogmática privatista**. São Paulo: Noeses, 2009.

CAPELLA, Juan-Ramon. **El derecho como lenguaje**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Tradução de Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Fabris, 1984.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário, linguagem e método**. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2009.

_____. **Direito tributário, linguagem e método**. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018.

_____. **Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência**. 9ª.ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência**. 10ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Algo sobre o constructivismo lógico-semântico.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.3-11.

_____. **Derivação e positivação no direito tributário.** 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **Derivação e positivação no direito tributário.** Volume II. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **Derivação e positivação no direito tributário.** Volume III. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Lógica jurídica e lógicas jurídicas.** In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **O princípio da segurança jurídica em matéria tributária.** In: Revista de Direito Tributário nº 61. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

_____. **Curso de direito tributário.** 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Curso de direito tributário.** 30ª ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2019.

_____. **Direito tributário: reflexões sobre filosofia e ciência em prefácios.** São Paulo: Noeses, 2019.

_____. **Constructivismo lógico-semântico.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.1-16.

_____. **Constructivismo lógico-semântico.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p. 1-16.

_____. **Direito tributário: reflexões sobre filosofia e ciência em prefácios.** São Paulo: Noeses, 2019.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. **Curso de teoria geral do direito: o constructivismo lógico-semântico**. São Paulo: Noeses, 2010.

_____. **Curso de teoria geral do direito: o constructivismo lógico-semântico**. 6ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Constructivismo lógico-semântico como método de trabalho na elaboração jurídica**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. pp.13-40.

_____. **A regra-matriz como esquema lógico de interpretação dos textos jurídicos**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Realidade, conhecimento e método científico**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.17-82.

_____. BONOME, Ana Carolina. **Constructivismo lógico-semântico como método de trabalho na elaboração jurídica**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p. 17-49.

CAVANI, Renzo. **La nulidade en proceso civil**. 1ª ed. Lima: Palestra Ediciones, 2014.

CAVALCANTE, Denise Lucena. **Crédito tributário: a função do cidadão-contribuinte na relação tributária**. São Paulo: Malheiros, 2004

CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Do contrôlo da Constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Vol. III. Campinas: Boockseller, 1998.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Norma e lei – Mudança jurisprudencial – Segurança jurídica e irretroatividade da norma judicial**. In: Segurança jurídica: irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais ao contribuinte. Sacha Calmon Navarro Coelho (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2013. p.3-34.

_____. **Curso de direito tributário brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CONRADO, Paulo Cesar. **Processualidade e extinção da obrigação tributária**. In: Processo tributário analítico. Paulo Cesar Conrado (Coord.). São Paulo: Noeses, 2011. p.51-62.

_____. **Execução fiscal**. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2017.

CORDEIRO, António Menezes. **Tratado de direito civil português. Parte Geral. Tomo I**. 3ª ed. Lisboa: Almedina, 2007

COSTA, Newton da; et al. **Um panorama da lógica atual**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **A lógica hodierna e a ciência do direito**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COUTO E SILVA, Almiro. **O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança) no direito público brasileiro e o direito da administração pública anular os seus próprios atos administrativos: o prazo decadencial do art. 54 da lei do processo administrativo da União (Lei nº 9.784/99)**. Revista de Direito Administrativo, n. 237. Rio de Janeiro, 2004. p. 271-315.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A fazenda pública em juízo**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. **Opinião 49: Princípio da primazia do julgamento do mérito.** Disponível em: <http://www.leonardocarneirodacunha.com.br/opinioao/opinioao-49-principio-da-primazia-do-julgamento-do-merito/>

D'AGOSTINI, França. **Analíticos e continentais: guia à filosofia dos últimos trinta anos.** Tradução: Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

DALLARI, Adilson de Abreu. **Comentários ao art. 25 do projeto.** Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 31-32.

DELIBERADOR, Giuliano Savioli. **Confiança legítima: anatomia de um direito fundamental e suas repercussões junto ao exercício das funções legislativa, administrativa e judiciária.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. **Modificações da jurisprudência: proteção da confiança, boa-fé objetiva e irretroatividade como limitações constitucionais ao poder judicial de tributar.** São Paulo: Noeses, 2009.

DIAS, Gabriel Nogueira. **Positivismo jurídico e a teoria geral do direito: na obra de Hans Kelsen.** São Paulo: Editora dos Tribunais, 2010.

DICKSTEIN, Marcelo. **Nulidades prescrevem? uma perspectiva funcional da invalidade.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida.** Salvador: Jus Podivm, 2012.

_____. **Curso de direito processual civil.** 17ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

_____. **O recurso extraordinário e a transformação do controle difuso de constitucionalidade no direito brasileiro.** In: Leituras complementares de direito constitucional. NOVELINO, Marcelo (org.). Salvador: Editora Jus Podivm, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instrumentalidade do processo**. 12^a ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

FERRAZ JÚNIOR., Tércio Sampaio. **Teoria da norma jurídica: ensaio da pragmática da comunicação normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **O direito, entre o futuro e o passado**. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Lógica da motivação e lógica da convicção da decisão judicial**. In: *Lógica e direito*. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Segurança jurídica e normas gerais tributárias**. In: *Revista de Direito Tributário* nº 17-18. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1981.

_____. **Irretroatividade e a jurisprudência judicial**. In: *Efeito ex nunc e as decisões do STJ*. Barueri: Manole, 2008.

FERREIRA, Olívia Tonello Mendes. **Teoria dos valores e a importância dos princípios na interpretação do direito**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 391.

FIGUEIREDO, Marina Vieira de. **Lançamento tributário: revisão e seus efeitos**. São Paulo: Noeses, 2013.

FLUME, Werner. **El negocio jurídico**. Tomo segundo. Curta edicion. Traducción: José Maria Miguel González y Esther Gomes Calle. Madrid: Fundación Cultural del Notariado, 1998.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Estrutura e motivação do ato administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2007.

GAMA, Tácio Lacerda. **Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade**. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **Competência tributária: fundamentos para uma teoria da nulidade**. 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2020.

_____. **Competências comunicativas e o tema da validade no direito**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **Variações sobre a estrutura da norma de competência tributária**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.421-467.

_____. **Nulidade como ilícito e nulidade como sanção: variações sob a óptica do constructivismo lógico-semântico**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p.663-684.

_____. **A sanção pelo exercício irregular de competências jurídicas: uma análise estrutural**. In: *Constructivismo lógico-semântico: homenagem aos 35 anos do grupo de estudos de Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Noeses, 2020. p.365-390.

GARCEZ, Martinho. **Das nulidades dos atos jurídicos**. 5ª ed. Revisada e anotada pelo Desembargador Martinho Garcez Neto. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

GIANNICO, Maurício. **A preclusão no direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal: introdução principiológica à teoria do ato processual irregular**. 2ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos. **Comentários aos artigos 502 e 503**. In: Novo Código de Processo Civil. Tomo II. RIBEIRO, Sérgio Luiz de Almeida; et al (coord.). São Paulo: Editora Luari, 2017. p. 283-297.

GRECO, Marco Aurélio. **Três papeis da legalidade tributária**. In: Legalidade e tipicidade no direito tributário. RIBEIRO, Ricardo Lodi. São Paulo: Quarier Latin, 2008. p.98-110.

GUASTINI, Riccardo. **Das fontes às normas**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. **La sintaxis del derecho**. Traducciión Álvaro Núñez Vaquero. Madrid: Marcial Pons, 2016.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional- A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HART, H.L.A. **O conceito de direito**. 3ª ed. Trad. A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HECK, Luís Afonso. **Jurisdição constitucional: teoria da nulidade *versus* teoria da nulificabilidade das leis**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

HORBACH, Carlos Bastide. **Teoria das nulidades do ato administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

HORVATH, Estevão. **Lançamento tributário e “autolançamento”**. São Paulo: Dialética, 1997.

IVO, Gabriel. **Norma jurídica: produção e controle**. São Paulo: Noeses, 2006.

_____. **O direito e a inevitabilidade do cerco da linguagem**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.65-92.

_____. **Teorias sobre a incidência: a incidência como operação linguística.** In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.241-284.

_____. **Aportes sobre o controle da validade da produção normativa sob a perspectiva do constructivismo lógico-semântico.** In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p.361-412.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria das nulidades no direito administrativo.** *Revista dos Tribunais*. Vol. 1000/2019. p. 73-84

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** 5ª ed. Tradução: Manuela Pinto dos Santos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

KELSEN, Hans. **Jurisdição Constitucional.** Introdução e revisão técnica: Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Teoria pura do direito.** Tradução: João Baptista Machado. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Teoria geral do direito e do estado.** Tradução: Luís Carlos Borges. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LACERDA, Galeno. **Despacho saneador.** Porto Alegre: Fabris, 1985.

LACERDA, Danilo Moura. **O princípio da proteção à confiança legítima como limite à anulação dos atos administrativos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, 2018.

LALANDE, André. **Vocabulario técnico y crítico de la filosofía.** Tomo II. Buenos Aires: El Ateneo, 1953.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Tradução: José Lamego. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LAURENTIIS, Thais de. **Restituição de tributo inconstitucional**. São Paulo: Noeses, 2015.

LEÃO, Martha Toribio. **O direito fundamental de economizar tributos: entre a legalidade, liberdade e solidariedade**. São Paulo: Malheiros, 2018.

LINS, Robson Maia. **Controle de constitucionalidade da norma tributária. Decadência e Prescrição**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. **Considerações sobre o conceito da norma jurídica e a pragmática da comunicação na decisão judicial na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 169-200.

_____. **Curso de direito tributário brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Noeses, 2019.

_____. **Conformidade tributária: proposta de diálogo entre o constructivismo lógico-semântico e a teoria comunicacional do direito**. In: *Constructivismo lógico-semântico: homenagem aos 35 anos do grupo de estudos de Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Noeses, 2020. p.253-274.

LINS, Artur Orlando. **A primazia do julgamento do mérito no processo civil brasileiro: fundamentos, concretização e limites dogmáticos**. Saçvador: JusPodvm, 2019.

LOBATO, Valter de Souza. **O princípio da confiança legítima retratado no Código Tributário Nacional. A aplicação dos arts. 100 e 146 do CTN. A análise de casos concretos**. In: *Segurança jurídica: irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais ao*

contribuinte. Sacha Calmon Navarro Coelho (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 417-446.

LOPES, José Batista. **Breves considerações sobre o instituto da preclusão**. Revista de Processo. Vol. 23/1981. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 45-60.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito I**. tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

_____. **Sociologia do direito II**. tradução: Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2017

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MAIA, Ana Carolina Queiroz. **Administração pública tributária colaborativa e segurança jurídica**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

MACEI, Demetrius Nichele. **A verdade material no direito tributário: a cidadania fiscal administrativa e judicial**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MAFFINI, Rafael da Cás. **Princípio da proteção substancial da confiança no direito administrativo brasileiro**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MANEIRA, Eduardo, **Direito tributário: princípio da não surpresa**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. **Positivismo lógico-inclusivo**. Madrid: Marcial Pons, 2012.

MARCATO, Antonio Carlos. **Preclusões: limitação ao contraditório?** Revista de Processo. Vol. 17/1980. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 105-114.

MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro: (administrativo e judicial).** São Paulo: Dialética, 2001.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto. FREITAS, Rafael Vêras de. **Comentários à Lei nº 13.655/2018 (Lei da segurança para inovação pública).** Belo Horizonte: Fórum, 2019.

_____. MOREIRA, Egon Bockmann. **Uma lei para o estado de direito contemporâneo.** Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 9-12.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. **Princípio da confiança legítima e princípio da boa-fé objetiva. Termo de compromisso de cessação (TCC) ajustado com o CADE. Critérios da interpretação contratual: os sistemas de referência extracontratuais (circunstâncias do caso)” e a sua função no quadro semântico da conduta devida. Princípio da unidade ou coerência hermenêutica e “usos do tráfego” adimplemento contratual.** Revistas dos Tribunais, vol. 852/2006. p. 87-126.

MATOS, Marilene. **Proteção da confiança legítima diante das inovações legislativas: análise quanto à retroatividade imprópria e aos direitos expectados.** Dissertação de Mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, 2015.

MAUER, Hartmut. **Elementos de direito administrativo alemão.** Tradução: Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MAZZOLA, Marcelo. **Formalismo-valorativo e primazia de mérito: combate à jurisprudência defensiva dos tribunais**. Revista de Processo. n. 281. Junho/2018. p. 305 – 333.

MCNAUGHTON, Charles William. **Sistema jurídico e ciência do direito**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.41-64.

_____. **Isenção tributária**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Hierarquia e sistema jurídico**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p. 403-420.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42^a ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 26^a ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELO JÚNIOR, João Alves. **O sistema de direito positivo como universo linguístico: estudos à luz do constructivismo lógico-semântico**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p.459-486.

_____. **A enunciação como intervalo entre o ser e o existir**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.303-340.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição constitucional: o controle abstrato no Brasil e na Alemanha**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Novos aspectos do controle de constitucionalidade brasileiro**. In: Direito Público. Ano V, nº 27, 2009.

MENDES, Sônia Maria Broglia. **A validade jurídica e o giro linguístico**. São Paulo: Noeses, 2007.

MENKE, Cassiano. **Irretroatividade tributária material**. São Paulo: Malheiros, 2015.

MOYA, José Antonio Martínez. **El principio de confianza legítima em la actuación de la administración: su origen y tratamiento jurisprudencial**. Murcia: Diego Maín Librero Editor.

MORA, Jose Ferrater. **Diccionario de filosofia**. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

MORCHON, Gregorio Robles. **As regras do direito e as regras dos jogos: ensaio sobre a teoria analítica do direito**. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **Teoria del derecho. (Fundamentos del teoria comunicacional del derecho)**. Volumen I. Madrid: Civitas.

MOREIRA, Clara Gomes. **Proteção da confiança e direito tributário**. Revista Direito Tributário Atual, n. 40, 2018. p. 107-135.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORRIS, Charles. **Fundamentos da teoria dos signos**. In: Problemas e métodos de semiologia. J.J. Nattiez (Coord.). Lisboa: Edições 70, 1966.

MOUSSALLEM, Tárek Moysés. **Revogação em matéria tributária**. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **Fontes do direito tributário**. 2ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **A lógica como técnica de análise do direito**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. P. 155-168.

_____. **Sobre as definições**. In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

MÜLLER, Friedrich. **O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturantes**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007.

NEDER, Marcos Vinicius; LÓPEZ, Maria Tereza Martínez. **Processo administrativo fiscal federal comentado**. 3ª edição, São Paulo: Dialética, 2010.

_____. **A nulidade do ato revisor por alteração do critério jurídico do lançamento prescinde da apreciação do prejuízo à defesa**. In: Grandes questões em discussão no CARF. Elias Sampaio Freire; Karem Jureidini Dias e Mary Elbe Queiroz (Coord.). São Paulo: FocoFiscal, 2014. p.211-226.

NETO, Luiz. Flávio. **Segurança jurídica, proteção da confiança, boa-fé e proibição de comportamentos contraditórios no direito tributário: *nemo potest venire contra factum proprium***. Revista Direito Tributário Atual, n. 36, 2016.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Boa-fé objetiva e segurança jurídica**. In: Efeito *ex nunc* e as decisões do STJ. Barueri: Manole, 2008.

_____. NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 3ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

NEVES, Marcelo. **Teoria da inconstitucionalidade das leis**. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **A incidência da norma jurídica e o fato jurídico.** Revista de Informação Legislativa. n. 84. Outubro/Dezembro de 1984. p.267-284.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. **As normas de Direito Público na Lei de Introdução ao Direito brasileiro: paradigmas para interpretação e aplicação do Direito Administrativo.** São Paulo: Contracorrente, 2019.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Teoria do Lançamento Tributário.** São Paulo: Resenha Tributária, 1973.

_____. **Curso de direito tributário.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Notas sobre preclusão e venire contra factum proprium.** Revista de Processo. Vol. 168/2009. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. p. 331-346.

NUNES, José de Castro. **Teoria e Prática do Poder Judiciário.** Rio de Janeiro: Forense, 1943.

NUNES, João Arriscado. **Um discurso sobre as ciências 16 anos depois.** In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição. Boaventura de Sousa Santos (Org). São Paulo: Cortez, 2006.

OLEINIK, Rosana. **Teoria da norma jurídica e a regra-matriz de incidência como técnica de interpretação do direito.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 297-324.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PACOBAYHA, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro. **Constructivismo lógico-semântico, entre o passado e o futuro: movimentos da hermenêutica jurídico-tributária brasileira**. São Paulo: Noeses, 2019.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicadas às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PAULINO, Maria Angela Lopes. **A teoria das relações na compreensão do direito positivo**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p.373-390.

_____. FAVACHO, Fernando Gomes. **A pragmática no constructivismo lógico-semântico e a sua importância para o estudo do direito**. In: *Constructivismo Lógico-Semântico*. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.215-239.

PAUSEN, Leandro. **Segurança jurídica, certeza do direito e tributação: a concretização da certeza quanto à instituição dos tributos através da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

PEIXOTO, Ravi. **Superação do precedente e segurança jurídica**. Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. **(In)constitucionalidade da vinculação dos precedentes no CPC/2015: um debate necessário**. *Civil Procedure Review*. v. 8, n.2. Maio-Agosto/2017. p.93-133.

PEREIRA, Miguel Baptista. **Precisão filosófica, científico-técnica e seus limites**. In: *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª edição. Boaventura de Sousa Santos (Org). São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Efeitos da decisão de inconstitucionalidade em direito tributário**. São Paulo: Dialética, 2002.

PIRES, Cristiane. **O tempo e o tributo: estudo semiótico do critério temporal da regramatriz de incidência tributária**. São Paulo: Noeses, 2019.

POLETTI, Ronaldo Rebello de Britto. **Controle da Constitucionalidade das Leis**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo III. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1967.

_____. **Comentários à Constituição de 1946**. 2 ed. Tomo V. São Paulo: Max Limonad, 1953.

_____. **Comentários ao código de processo civil**: Tomo V. São Paulo: Editora Forense. 1974.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo V. 2 ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1955.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo I. 3 ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo IV. 3 ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo VI. 3 ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1970.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo IV. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1983.

_____. **Tratado de direito privado**. Tomo II. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1983.

_____. **Comentários à Constituição de 1967**. Tomo III. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1967.

_____. **Tratado das ações**. Tomo II. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

PRIA, Rodrigo Dalla. **O processo de positivação da norma jurídica tributária e a fixação da tutela jurisdicional apta a dirimir os conflitos havidos entre contribuinte e fisco**. In:

Processo tributário analítico. Paulo Cesar Conrado (Coord.). São Paulo: Noeses, 2011.p.63-94.

_____. PRIA, Rodrigo Dalla. **Sobre os fundamentos jurídico-filosóficos do constructivismo lógico-semântico: o positivismo constructivista.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p. 541-572.

_____. **Os fundamentos teórico-gerais e o significado pragmático da chamada norma introdutória.** In: Constructivismo lógico-semântico. Vol. 3. São Paulo: Noeses, 2020. p. 573-596.

QUEIROZ, Mary Elbe. **Do lançamento tributário: execução e controle.** São Paulo, Dialética, 1999.

_____. **Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.** Barueri: Manole, 2004.

_____ *et al.* **A (des)vinculação dos membros do CARF aos pareceres da PGFN, aprovados pelo Ministro da Fazenda.** In: Tributação: Democracia e liberdade. São Paulo: Noeses, 2014.p.1425-1454.

_____ *et al.* **Coisa julgada nas relações tributárias sucessivas e a mudança do Estado de Direito decorrente do Precedente do STF: limites jurídicos para aplicação no âmbito do CARF.** In: Segurança jurídica: irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais aos contribuintes. Sacha Calmon Navarro Coelho (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2013.p.147-174.

QUINTELA, Guilherme Carmargos. **Segurança jurídica e proteção da confiança: a justiça prospectiva na estabilização das expectativas do direito tributário brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2013.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do direito.** Tradução: Marlene Holzhausen. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. **Introdução à filosofia do direito.** Tradução: Jacy de Souza Mendonça.

RAMOS, Elival da Silva. **A inconstitucionalidade das leis: vícios e sanção**. São Paulo: Saraiva, 1994.

RAZ, Joseph. **O conceito de sistema jurídico: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos**. Tradução: Maria Cecília Almeida. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. **A proteção da confiança legítima do contribuinte**. Revista Dialética de Direito Tributário nº 145. Outubro/2007. p. 99-115.

_____. **Segurança jurídica do contribuinte: legalidade, não surpresa e proteção à confiança legítima**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

ROCHA, Márcio de Oliveira. **Sobre a ordem pública processual, essa desconhecida**. Salvador: Jus Podivm, 2019.

ROCHA, Sergio André. **Processo administrativo fiscal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

_____. **Reconstruindo a confiança na relação fisco-contribuinte**. Revista Direito Tributário Atual, n. 39, 2018. p. 507-527.

_____. **Da lei à decisão: segurança jurídica tributária possível na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2017.

RODRIGUES, Daniele Souto. **Constructivismo lógico-semântico e processo de positivação no direito**. In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 353-372.

ROSENBLATT, Paulo. **Competência regulamentar: legalidade, delegações legislativas e controle judicial**. São Paulo: MP Ed., 2009

ROSS, Alf. **Direito e justiça**. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2000.

ROSSI, Júlio César. **Precedentes à brasileira**. São Paulo: Atlas, 2015.

RUEDELL, Aloísio. **Da representação ao sentido: através de Schleiermacher à hermenêutica atual**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SANCHES, Saldanha. **Manual de direito fiscal**. Lisboa: Lex, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **A relevância da semiótica para construção do conhecimento**. In: *Lógica e direito*. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Lançamento tributário**. São Paulo, Max Limoned, 2ª edição, 1999.

_____. **Prescrição e decadência no Direito Tributário**. São Paulo, Max Limonad, 2000.

_____. **Decadência e prescrição no direito tributário**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SCAVINO, Dardo. **A filosofia atual: pensar sem certezas**. Tradução: Lucas Galvão de Britto. São Paulo: Noeses, 2014.

_____. **La lógica y el (des)conocimiento del sujeto**. In: *Lógica e direito*. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

SCHOUERI, Luís Eduardo. SOUZA, Gustavo Emílio Contrucci A. de. **Verdade material no “processo” administrativo tributário**. In: *Processo Administrativo Fiscal*. 3º volume. ROCHA, Valdir de Oliveira (Coordenador). São Paulo: Dialética, 1998. p. 141-159.

_____. **Normas tributárias indutoras e intervenção econômica.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Direito tributário.** São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Algumas reflexões sobre a consulta em matéria fiscal.** Revista Tributária e de Finanças Públicas. Vol.10/1995. p. 119-140.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição do comportamento contraditório – tutela da confiança e venire contra factum próprio.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

SCHREIBER, Rupert. **Lógica del derecho.** Traducción: Ernesto Garzón Valdés. México DF: 1991.

SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. **Princípios fundamentais do direito administrativo tributário: a função fiscal.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001

SERBENA, Cesar Antonio. **Direito, lógica e paraconsistência: conflito entre normas, contradições e paradoxos nos sistemas jurídicos.** Curitiba: Juruá, 2016.

SERPA JÚNIOR, Wagner. **Princípio da proteção à confiança legítima em matéria tributária e a modulação dos efeitos das decisões judiciais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Preclusão processual civil.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

SILVA, Beclaute de Oliveira. **A (in)consistência do plano da validade na concepção pontiana – ato jurídico inválido: argumento ou artifício?.** In: Revista Trimestral de Direito Civil. Vol.35. Rio de Janeiro: Padma, 2008. p. 203-223.

_____. ROBERTO, Welton. **O contraditório e suas feições no novo CPC.** In: Novo CPC: doutrina selecionada. v. 1. DIDIER JÚNIOR, Fredie (coordenação). Salvador: Jus Podivm, 2015. p.345-364.

SILVEIRA, Marilda de Paula. **Comentários ao art. 22 do projeto.** Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 23-25.

SIMÕES, Argos Campos Ribeiro. **A função relacional do tempo nas hipóteses de decadência e prescrição: um enfoque tributário.** São Paulo: Noeses, 2019.

SOMLÓ, Félix. **Juristische grundlehre.** Leipzig: Verlag von Felix Meiner, 1917.

SOUSA, Rubens Gomes de. **Limites dos poderes do fisco quanto à revisão dos lançamentos.** Revista dos Tribunais nº 175/1948. p. 23-38.

SOUZA, Priscila de. **Intertextualidade na linguagem jurídica: conceito, definição e aplicação.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 93-120.

_____. **Notas sobre a linguagem normativa.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.131-162.

SOUZA JÚNIOR, Antonio Carlos F. de. **O prejuízo e sua posição sintática em relação às normas invalidadoras do ato processual.** Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro. Belo Horizonte, ano 24, n. 93, p. 35-50, jan./mar. 2016.

_____. **O prejuízo e sua posição sintática em relação às normas invalidadoras do ato processual.** In: Diálogos de teoria do direito e processo. Antonio Carlos de Souza Júnior, Clayton Maranhão, Fredie Didier Jr, Antonio Carvalho Filho e Roberto Campos Gouveia Filho (Coordenadores). Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

_____. **A decisão da inconstitucionalidade: um diálogo com Pontes de Miranda e Marcelo Neves.** In: Pontes de Miranda e o Direito Processual. Fredie Didier Jr. *et al* (Coord.). Salvador: Editora JusPodivm, 2013. p.123-158.

_____. QUEIROZ, Mary Elbe. **O limite temporal para inserção da prova no processo administrativo tributário federal**. In: Direito tributário e os novos horizontes do processo. São Paulo: Noeses, 2015.

_____. QUEIROZ, Mary Elbe. **A (des)vinculação dos membros do CARF aos pareceres da PGFN, aprovados pelo Ministro da Fazenda**. In: Tributação e liberdade. GRUPENMACHER, Betina Treiger (Coord.). São Paulo: Noeses, 2014. p. 1425-1454.

_____. QUEIROZ, Mary Elbe. **Tutela de evidência na execução fiscal**. In: Racionalização do sistema tributário. CARVALHO, Paulo de Barros (coord.). São Paulo: Noeses, 2017. p.929-952.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(em) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SUNDFELD, Carlos Ari. MARQUES NETO, Floriano Peixoto. **Segurança jurídica e eficiência na lei de introdução ao direito brasileiro**. Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 7-8.

_____. SALAMA, Bruno Meyerhof. **Chegou a hora de mudar a velha lei de introdução**. Segurança jurídica e qualidade das decisões públicas: desafios de uma sociedade democrática. PEREIRA, Flávio Henrique Unes (coord.). Brasília: Senado Federal, 2015. p. 13-16.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **A preclusão no processo civil**. In: Doutrinas essenciais de processo civil. Vol. 3. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 351-375.

TÉRAN, Juan Manuel. **Filosofia Del Derecho**, 7ª ed. Cidade do México: Porrúa, 1977.

TESHEINER, José Maria Rosa. **Pressupostos processuais e nulidades no processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2000.

TILKIAN, Guilherme. **O princípio da confiança legítima sob a perspectiva das práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas em matéria tributária.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2014.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. **A prova no direito tributário.** 3ª ed. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **A prova no direito tributário.** 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Teoria do fato jurídico e a importância das provas.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 1. São Paulo: Noeses, 2014. p. 325-352.

_____. **A estrutura lógica das normas jurídicas.** In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **Contribuições para a seguridade social à luz da Constituição Federal.** 2ª ed. Curitiba, Juruá, 2013. Capítulo IV.

_____. **O objeto do conhecimento científico e o paradoxo da interdisciplinariedade.** In: Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. 2. São Paulo: Noeses, 2018. p.83-110.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de direito constitucional financeiro e tributário.** Volume II. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. **O princípio da tipicidade no direito tributário.** In: Legalidade e tipicidade no direito tributário. RIBEIRO, Ricardo Lodi. São Paulo: Quarier Latin, 2008. p.135-184.

_____. **Curso de direito financeiro e tributário.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

TÔRRES, Heleno Taveira. **Direito constitucional tributário e segurança jurídica: metódica da segurança jurídica no sistema constitucional tributário.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Temporalidade e segurança jurídica – Irretroatividade e anterioridade tributárias.** Revista da PGFN nº 1, Jan/Jun, 2011. Disponível em:

<http://www.sinprofaz.org.br/2014/artigos/temporalidade-e-seguranca-juridica-irretroatividade-e-anterioridade-tributarias>

TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução: Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Como a razão perdeu o seu equilíbrio**. In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição. Boaventura de Sousa Santos (Org). São Paulo: Cortez, 2006.

TROIANELLI, Gabriel Lacerda. **Interpretação da lei tributária: lei interpretativa, observância de normas complementares e mudança de critério jurídico**. Revista Dialética de Direito Tributário n. 176. Maio de 2010. p.76-83.

TUCCI, José Rogério Cruz e. **O regime do precedente judicial no novo CPC**. Precedentes. ATAIDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. et al (coord). Salvador: JusPodivm, 2015

VAIHINGER, Hans. **A filosofia do como se: sistema de ficções teóricas, práticas e religiosas da humanidade, na base de um positivismo idealista**. Tradução e apresentação de Johannes Kretschmer. Chapecó: Argos, 2011.

VESTING, Thomas. **Teoria do direito: uma introdução**. Tradução: Gercélia B. de O. Mendes. São Paulo: Saraiva, 2015.

VILANOVA, Lourival. **Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

_____. **Causalidade e relação no direito**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Escritos jurídicos e filosóficos**. Vol.1. São Paulo: IBET, 2003.

_____. **Escritos jurídicos e filosóficos**. Vol.2. São Paulo: IBET, 2003.

_____. **Lógica, ciência do Direito e Direito.** In: Lógica e direito. Coordenação: Paulo de Barros Carvalho. São Paulo: Noeses, 2016.

_____. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo.** 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **As estruturas do conhecimento ou quantas formas temos que conhecer?** In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª edição. Boaventura de Sousa Santos (Org). São Paulo: Cortez, 2006.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Nulidades do processo e da sentença.** 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

_____. **A vinculatividade dos precedentes e o ativismo judicial.** Precedentes. ATAIDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. et al (coord). Salvador: JusPodivm, 2015.p.263-274.

WARAT, Luis Alberto. **O direito e sua linguagem.** 2ª edição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1961.

XAVIER, Alberto. **Do Lançamento no Direito Tributário Brasileiro.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Princípios do processo administrativo e judicial tributário.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. **Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva.** São Paulo: Dialética, 2001.

ZANCANER, Weida. **Da convalidação e invalidação dos atos administrativos.** 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

ZANETI, Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**. 2ª ed. Salvador: JusPodivm, 2016.